

Desenvix Energias Renováveis S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras consolidadas e individuais em 31 de dezembro de 2012
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

1 Contexto operacional

(a) Operações

A Desenvix Energias Renováveis S.A. (a "Companhia") e suas controladas (conjuntamente "o Grupo"), com sede social em Barueri - São Paulo, tem por atividade principal a participação no capital social de outras empresas nas áreas de geração e transmissão de energia elétrica.

O Grupo atua de maneira integrada dominando todo o ciclo de negócio, desde a execução de inventários, passando pelo licenciamento, modelagem econômico-financeira, financiamento, construção, até a operação de empreendimentos de transmissão e geração de energia.

O Grupo investe em empreendimentos de geração de energia elétrica por meio de (i) Usinas Hidrelétricas ("UHE"); (ii) Pequenas Centrais Hidrelétricas ("PCH"); (iii) Usinas Eólicas ("UEE"); (iv) Usinas Térmicas de Biomassa ("UTE"); e (v) Linhas de Transmissão ("LT").

A Companhia passou de 9 MW instalados em 2005 para 349 MW em setembro de 2012, compreendendo 15 empreendimentos em operação de geração de energia elétrica 100% renováveis. Adicionalmente a Companhia participa com 25,5% em duas linhas de transmissão em implantação com 511 km de extensão.

(i) Empreendimentos em operação

O Grupo, por intermédio de empresas controladas, detém diversas autorizações e concessões para operação de empreendimentos em operação que incluem:

<u>Empresas</u>	<u>Fonte de Energia</u>	<u>Data de início das operações</u>	<u>Capacidade instalada em MW</u>	<u>Vencimento do contrato (autorizações/concessões)</u>
Esmeralda S.A.	PCH	23 de dezembro de 2006	22,2	21 de dezembro de 2031
Santa Laura S.A.	PCH	1º de outubro de 2007	15	27 de setembro de 2030
Santa Rosa S.A.	PCH	1º de julho de 2008	30	31 de maio de 2031
Moinho S.A.	PCH	19 de setembro de 2011	13,7	14 de agosto de 2038
Enercasa Energética S.A.	UTE	26 de outubro de 2011	33	25 de fevereiro de 2044
Passos Maia Energética S.A.	PCH	17 de fevereiro de 2012	25	2 de março de 2034
Monel Monjolinho Energética S.A.	UHE	31 de agosto de 2009	74	22 de abril de 2037
Dona Francisca Energética S.A.	UHE	Fevereiro de 2011	125	28 de agosto de 2033
CERAN - Cia. Energética Rio das Antas (i)	UHE	Janeiro de 2005	360	31 de dezembro de 2029
Macaúbas Energética S.A.	UEE	5 de julho de 2012	35,07	16 de junho de 2045
Novo Horizonte Energética S.A.	UEE	5 de julho de 2012	30,06	28 de julho de 2045
Seabra Energética S.A.	UEE	5 de julho de 2012	30,06	28 de julho de 2045
Energen Energias Renováveis S.A.	UEE	28 de setembro de 2012	34,5	05 de julho de 2045

(i) A CERAN - Cia. Energética Rio das Antas é a empresa responsável pela construção e operação do Complexo Energético Rio das Antas. A Companhia detém 5% deste empreendimento. O complexo é formado pelas UHEs Monte Claro, Castro Alves e 14 de julho. O projeto é operado pela CPFL Geração de Energia S.A.

(ii) Projetos em construção - Linhas de transmissão

A Desenvix detém participação de 25,5% na Goiás Transmissão S.A. e de 25,5% na MGE Transmissão S.A., ambas em fase de implantação.

No total, as duas linhas têm 511 km de extensão, sendo 253 km da Goiás Transmissora e 258 km da MGE Transmissora. Os investimentos totais serão da ordem de R\$ 730 milhões e o início da operação comercial está previsto para o segundo semestre de 2013.

Desenvix Energias Renováveis S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras consolidadas e individuais em 31 de dezembro de 2012 **Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma**

Em setembro de 2011, a Desenvix obteve o registro de Companhia aberta da pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM), seguido pelo evento de listagem das ações da Companhia no Bovespa Mais. A Companhia adota elevados padrões de governança corporativa em consonância com os principais padrões exigidos das companhias abertas, dentre eles, adoção de Conselho de Administração e Conselho Fiscal, contratação de auditoria externa e manutenção de Área de Relações com Investidores.

A emissão dessas demonstrações financeiras foi autorizada pela Administração, em 28 de março de 2013.

(b) Alterações societárias

Em 12 de agosto de 2011, os acionistas da Companhia, a Jackson Empreendimentos Ltda. ("Jackson") e o Fundação dos Economistas Federais ("FUNCEF"), celebraram um Contrato de Compra e Venda, Subscrição de Ações e Outras Avenças ("Contrato de Compra e Venda") com a Statekraft Norfund Power Invest AS ("SN Power"), para alienação de participação acionária na Desenvix à SN Power e aporte de capital novo pela última, após o cumprimento de algumas condições precedentes. No dia 8 de março de 2012, após o cumprimento de todas as condições precedentes, a SN Power passou a integrar definitivamente o corpo de acionistas da Desenvix. O valor desembolsado pela SN Power foi de R\$ 725 milhões (data-base março de 2012), sendo R\$ 120 milhões aportados no capital, por meio da aquisição de novas ações emitidas pela Companhia (operação primária) e R\$ 605 milhões adquiridos junto à Jackson e FUNCEF (operação secundária).

Também no dia 8 de março de 2012, os integrantes do novo bloco de controle da Companhia (Jackson e SN Power) celebraram um acordo de acionistas, regulando o seu relacionamento na qualidade de acionistas e controladores da Companhia. A Jackson passa a deter o controle indireto da Companhia através do Caixa Fundo de Investimento em Participações Cevix, enquanto que SN Power e FUNCEF detêm o controle direto da Companhia. A participação no capital social da Companhia passou a ser a seguinte: Jackson - 40,65%; SN Power - 40,65% e FUNCEF - 18,70%.

(c) Evento relevante que afetou o resultado econômico do exercício social findo em 31 de dezembro de 2012

Nossa subsidiária integral UTE Decasa é uma usina de cogeração de energia movida a vapor d'água, proveniente do aquecimento d'água através da queima de bagaço de cana. O projeto foi estruturado de forma a aproveitar o resíduo resultante da operação da moagem de cana de açúcar, dependendo integralmente da boa operação da Usina sucroalcooleira na qual estamos "conectados".

Como resultado da situação financeira do cogerador da nossa subsidiária UTE Decasa, a qual prejudicou a oferta de vapor d'água, imprescindível para nosso funcionamento, a geração de energia foi de 21.106 MWh equivalente a 15% de um total de 140.160 MWh (Energia comercializada no LER 01/2008) previsto para o ano de 2012.

A Administração trabalhou com o objetivo de mitigar os prejuízos para o ano de 2012, além de reduzir a exposição aos riscos econômicos e financeiros, buscando junto aos Órgãos Reguladores do Setor Elétrico Nacional as seguintes ações: (i) a devolução da energia não gerada em 2012 ao longo de cinco anos, (ii) suspensão da aplicação da multa pela não entrega da energia em 2012, além (iii) da suspensão do Contrato de Compra e Venda de Energia por dois anos (2013 e 2014) com base na tese de Força Maior.

Em consonância com o pleito (iii), a ANEEL emitiu o despacho nº 280 no dia 31 de janeiro de 2013. O mesmo determina à CCEE que, a partir de fevereiro de 2013 (competência janeiro de 2013), na

Desenvix Energias Renováveis S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras consolidadas e individuais em 31 de dezembro de 2012 **Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma**

Liquidação Financeira Relativa à Contratação de Energia de Reserva, promova a retenção da parcela da Receita Fixa referente ao Contrato de Energia de Reserva – CER da UTE Enercasa.

Uma vez que até a data dessas demonstrações financeiras a ANEEL não havia se pronunciado oficialmente quanto às demais solicitações. Consequentemente, a Administração optou pelo reconhecimento de R\$ 11 milhões como multa pela não entrega da energia contratada. Adicionalmente a Administração reclassificou a receita faturada e recebida pela energia não entregue durante 2012, estornando o valor de R\$ 22 milhões do resultado e adicionando valor de igual montante em seu passivo.

Como consequência do tratamento contábil pela energia não gerada, no total, nosso resultado de 2012 foi afetado em R\$ 33 milhões, sendo R\$ 11 milhões pelo custo da multa e R\$ 22 milhões pela perda da receita.

Caso o resultado das nossas solicitações, ainda pendentes de pronunciamento, seja favorável ao resultado da Companhia, a Administração realizará, ao longo do exercício de 2013 a baixa da provisão da multa reconhecida em 2012, bem como o reconhecimento da receita assim que a energia for entregue.

2 Resumo das principais políticas contábeis

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação destas demonstrações financeiras estão definidas abaixo. Essas políticas vêm sendo aplicadas de modo consistente em todos os exercícios apresentados, salvo disposição em contrário.

2.1 Base de preparação

As demonstrações financeiras foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor, exceto por ativos financeiros disponíveis para venda e ativos e passivos financeiros mensurados ao valor justo.

A preparação de demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e também o julgamento por parte da administração da Companhia no processo de aplicação das políticas contábeis da Companhia. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e possuem maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras consolidadas, estão divulgadas na Nota 3.

(a) Demonstrações financeiras consolidadas

As demonstrações financeiras consolidadas foram preparadas e estão sendo apresentadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil, incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPCs) e conforme as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (*International Financial Reporting Standards* (IFRS)), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB).

As demonstrações financeiras consolidadas incluem os saldos das contas da Companhia e de suas empresas controladas, inclusive em conjunto, sendo esta última na proporção da participação mantida.

As demonstrações financeiras consolidadas abrangem as demonstrações financeiras da Companhia e das seguintes empresas: (i) controladas - Esmeralda S.A., Santa Laura S.A., Santa Rosa S.A., Monel Monjolinho Energética S.A., Moinho S.A., Macaúbas Energética S.A., Enercasa - Energia Caiuá S.A.,

Desenvix Energias Renováveis S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras consolidadas e individuais

em 31 de dezembro de 2012

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Novo Horizonte Energética S.A., Seabra Energética S.A., Energen Energias Renováveis S.A., Enex O&M de Sistemas Elétricos Ltda.; e (ii) controladas em conjunto - Passos Maia Energética S.A.

(b) Demonstrações financeiras individuais

As demonstrações financeiras individuais da controladora foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil emitidas pelo CPC e são divulgadas em conjunto com as demonstrações financeiras consolidadas.

Nas demonstrações financeiras individuais as controladas são contabilizadas pelo método de equivalência patrimonial. Os mesmos ajustes são feitos tanto nas demonstrações financeiras individuais quanto nas demonstrações financeiras consolidadas para chegar ao mesmo resultado e patrimônio líquido atribuível aos acionistas da controladora. No caso da Companhia, as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicadas nas demonstrações financeiras individuais diferem do IFRS aplicável às demonstrações financeiras separadas (i) pela avaliação dos investimentos em controladas e coligadas pelo método de equivalência patrimonial, enquanto conforme IFRS seria custo ou valor justo; e (ii) pela manutenção dos saldos do ativo diferido nas demonstrações financeiras individuais de determinada controlada, enquanto que conforme IFRS o ativo diferido foi baixado contra o patrimônio líquido na data de transição.

(c) Mudanças nas políticas contábeis e divulgações

Não há novos pronunciamentos ou interpretações de CPCs/IFRS vigindo a partir de 2013 que poderiam ter um impacto significativo nas demonstrações financeiras da Companhia.

2.2 Demonstrações financeiras consolidadas

As seguintes políticas contábeis são aplicadas na elaboração das demonstrações financeiras consolidadas:

(i) Controladas

Controladas são todas as entidades (incluindo as entidades de propósito específico) nas quais a Companhia tem o poder de determinar as políticas financeiras e operacionais, geralmente acompanhada de uma participação de mais do que metade dos direitos a voto (capital votante). A existência e o efeito de possíveis direitos a voto atualmente exercíveis ou conversíveis são considerados quando se avalia se o Grupo controla outra entidade. As controladas são totalmente consolidadas a partir da data em que o controle é transferido para o Grupo. A consolidação é interrompida a partir da data em que o controle termina.

O Grupo usa o método de aquisição para contabilizar as combinações de negócios. A contraprestação transferida para a aquisição de uma controlada é o valor justo dos ativos transferidos, passivos incorridos e instrumentos patrimoniais emitidos pelo Grupo. A contraprestação transferida inclui o valor justo de algum ativo ou passivo resultante de um contrato de contraprestação contingente quando aplicável. Custos relacionados com aquisição são contabilizados no resultado do exercício conforme incorridos. Os ativos identificáveis adquiridos e os passivos e passivos contingentes assumidos em uma combinação de negócios são mensurados inicialmente pelos valores justos na data da aquisição. O Grupo reconhece a participação não controladora da adquirida, tanto pelo seu valor justo como pela parcela proporcional da participação não controladora no valor justo de ativos líquidos da adquirida. A mensuração da participação não controladora a ser reconhecida é determinada em cada aquisição realizada.

O excesso da contraprestação transferida e do valor justo na data da aquisição de qualquer participação patrimonial anterior na adquirida em relação ao valor justo da participação da

Desenvix Energias Renováveis S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras consolidadas e individuais

em 31 de dezembro de 2012

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Companhia de ativos líquidos identificáveis adquiridos é registrada como *ágio (goodwill)*. Nas aquisições em que o Grupo atribui valor justo aos não controladores, a determinação do *ágio* inclui também o valor de qualquer participação não controladora na adquirida, e o *ágio* é determinado considerando a participação da Companhia e dos não controladores. Quando a contraprestação transferida for menor que o valor justo dos ativos líquidos da controlada adquirida, a diferença é reconhecida diretamente na demonstração do resultado do exercício.

Transações entre companhias e saldos e ganhos não realizados em transações entre empresas do Grupo são eliminados. Os prejuízos não realizados também são eliminados a menos que a operação forneça evidências de uma perda (*impairment*) do ativo transferido. As políticas contábeis das controladas são alteradas quando necessário para assegurar a consistência com as políticas adotadas pelo Grupo.

(ii) Transações e participações não controladoras

O Grupo trata as transações com participações não controladoras como transações com proprietários de ativos da Companhia. Para as compras de participações não controladoras, a diferença entre qualquer contraprestação paga e a parcela adquirida do valor contábil dos ativos líquidos da controlada é registrada no patrimônio líquido. Os ganhos ou perdas sobre alienações para participações não controladoras também são registrados no patrimônio líquido, na conta "Ajustes de avaliação patrimonial".

Quando o Grupo para de ter controle, qualquer participação retida na entidade é remensurada ao seu valor justo, sendo a mudança no valor contábil reconhecida no resultado. O valor justo é o valor contábil inicial para subsequente contabilização da participação retida em uma coligada, uma *joint venture* ou um ativo financeiro. Além disso, quaisquer valores previamente reconhecidos em outros resultados abrangentes relativos àquela entidade são contabilizados como se o Grupo tivesse alienado diretamente os ativos ou passivos relacionados. Isso significa que os valores reconhecidos previamente em outros resultados abrangentes são reclassificados no resultado.

(iii) Coligadas e controladas em conjunto

Coligadas são todas as entidades sobre as quais o Grupo tem influência significativa, mas não o controle, geralmente em conjunto com uma participação acionária de 20% a 50% dos direitos de voto. Controladas em conjunto são todas as entidades sobre as quais o Grupo tem controle compartilhado com uma ou mais partes. Os investimentos em coligadas são contabilizados pelo método de equivalência patrimonial e são, inicialmente, reconhecidos pelo seu valor de custo. O investimento do Grupo em coligadas e controladas em conjunto inclui o *ágio* identificado na aquisição, líquido de qualquer perda por *impairment* acumulada. Ver Nota 2.13 sobre *impairment* de ativos não financeiros, incluindo *ágio*.

A participação da Companhia nos lucros ou prejuízos de suas coligadas e controladas em conjunto é reconhecida na demonstração do resultado e a participação na movimentação das reservas é reconhecida nas reservas da Companhia.

Quando a participação da Companhia nas perdas de uma coligada ou controlada em conjunto for igual ou superior a sua participação na coligada, incluindo quaisquer outros recebíveis, a Companhia não reconhece perdas adicionais, a menos que tenha incorrido em obrigações ou efetuado pagamentos em nome da coligada ou controlada em conjunto.

Os ganhos não realizados das operações entre o Grupo e suas coligadas ou controlada em conjunto são eliminados na proporção da participação da Companhia. As perdas não realizadas também são

Desenvix Energias Renováveis S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras consolidadas e individuais em 31 de dezembro de 2012 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

eliminadas, a menos que a operação forneça evidências de uma perda (*impairment*) do ativo transferido. As políticas contábeis das coligadas foram alteradas, quando necessário, para assegurar consistência com as políticas adotadas pelo Grupo.

Se a participação acionária na coligada for reduzida, mas for retida influência significativa, somente uma parte proporcional dos valores anteriormente reconhecidos em outros resultados abrangentes será reclassificada no resultado, quando apropriado.

Os ganhos e as perdas de diluição, ocorridos em participações em coligadas, são reconhecidos na demonstração do resultado.

2.3 Apresentação de informação por segmentos

O Grupo não elabora informações por segmento, uma vez que atua preponderantemente na geração e comercialização de energia elétrica gerada por meio de contratos de longo prazo, que representam substancialmente a receita do Grupo nos anos de 2012 e de 2011.

2.4 Moeda funcional e moeda de apresentação

Os itens incluídos nas demonstrações financeiras de cada uma das empresas do Grupo são mensurados usando a moeda do principal ambiente econômico, no qual a empresa atua ("a moeda funcional"). As demonstrações financeiras consolidadas e individuais estão apresentadas em reais, que é a moeda funcional da Companhia e, também, a moeda de apresentação do Grupo.

2.5 Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, os depósitos bancários, outros investimentos de curto prazo de alta liquidez com vencimentos originais de até três meses, com risco insignificante de mudança de valor, sendo o saldo apresentado líquido de saldos de contas garantidas na demonstração dos fluxos de caixa. As contas garantidas são demonstradas no balanço patrimonial como "Empréstimos", no passivo circulante.

2.6 Ativos financeiros

2.6.1 Classificação

A administração classifica seus ativos financeiros, no reconhecimento inicial, sob as seguintes categorias: mensurados ao valor justo por meio do resultado, empréstimos e recebíveis e disponíveis para venda. A classificação depende da finalidade para a qual os ativos financeiros foram adquiridos.

(a) Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado

Os ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado são ativos financeiros mantidos para negociação. Um ativo financeiro é classificado nessa categoria se foi adquirido, principalmente, para fins de venda no curto prazo. Os ativos dessa categoria são classificados como ativos circulantes.

Desenvix Energias Renováveis S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras consolidadas e individuais

em 31 de dezembro de 2012

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(b) Empréstimos e recebíveis

Os empréstimos e os recebíveis são ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis, que não são cotados em um mercado ativo. São apresentados como ativo circulante, exceto aqueles com prazo de vencimento superior a 12 meses após a data do balanço (estes são classificados como ativos não circulantes). Os empréstimos e recebíveis do Grupo compreendem “Contas a receber de clientes e demais contas a receber” e “Caixa e equivalentes de caixa” (Notas 2.5 e 2.7).

(c) Ativos financeiros disponíveis para venda

Os ativos financeiros disponíveis para venda são não derivativos, que são designados nessa categoria ou que não são classificados em nenhuma das outras categorias anteriores. Estes ativos financeiros são investimentos que estão apresentados como ativos não circulantes, a menos que a administração pretenda alienar o investimento em até 12 meses após a data do balanço.

2.6.2 Reconhecimento e mensuração

As compras e vendas regulares de ativos financeiros são reconhecidas na data de negociação - data na qual o Grupo se compromete a comprar ou vender o ativo. Os investimentos são, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo, acrescidos dos custos da transação para todos os ativos financeiros não classificados como ao valor justo por meio do resultado. Os ativos financeiros ao valor justo por meio de resultado são, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo, e os custos da transação são debitados à demonstração do resultado. Os ativos financeiros são baixados quando os direitos de receber fluxos de caixa dos investimentos tenham vencido ou tenham sido transferidos; neste último caso, desde que o Grupo tenha transferido, significativamente, todos os riscos e benefícios da propriedade. Os ativos financeiros mensurados ao valor justo através do resultado são subsequentemente, contabilizados pelo valor justo. Os empréstimos e recebíveis são contabilizados pelo custo amortizado, usando o método da taxa efetiva de juros.

Os ganhos ou as perdas decorrentes de variações no valor justo de ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado são apresentados na demonstração do resultado em "Outros ganhos (perdas), líquidos" no período em que ocorrem. As variações no valor justo de títulos monetários e não monetários, classificados como disponíveis para venda, são reconhecidas no patrimônio.

Quando os títulos classificados como disponíveis para venda são vendidos ou sofrem perda (impairment), os ajustes acumulados do valor justo, reconhecidos no patrimônio, são incluídos na demonstração do resultado como "Receitas e despesas financeiras".

Os juros de títulos disponíveis para venda, calculados pelo método da taxa efetiva de juros, são reconhecidos na demonstração do resultado como parte de outras receitas.

Os dividendos de ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado e de instrumentos de patrimônio líquido disponíveis para venda, como exemplo as ações, são reconhecidos na demonstração do resultado como parte de outras receitas, quando é estabelecido o direito da Companhia de receber dividendos.

Desenvix Energias Renováveis S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras consolidadas e individuais

em 31 de dezembro de 2012

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Os valores justos dos investimentos com cotação pública são baseados nos preços atuais de compra. Se o mercado de um ativo financeiro (e de títulos não listados em Bolsa) não estiver ativo, o Grupo estabelece o valor justo através de técnicas de avaliação. Essas técnicas incluem o uso de operações recentes contratadas com terceiros, referência a outros instrumentos que são substancialmente similares, análise de fluxos de caixa descontados e modelos de precificação de opções que fazem o maior uso possível de informações geradas pelo mercado e contam o mínimo possível com informações geradas pela administração da própria entidade.

A administração avalia, na data do balanço, se há evidência objetiva de que um ativo financeiro ou um grupo de ativos financeiros está registrado por valor acima de seu valor recuperável (*impairment*).

2.6.3 Compensação de instrumentos financeiros

Ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é reportado no balanço patrimonial quando há um direito legalmente aplicável de compensar os valores reconhecidos e há uma intenção de liquidá-los numa base líquida, ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

2.6.4 Impairment de ativos financeiros

(a) Ativos mensurados ao custo amortizado

O Grupo avalia no final de cada período do relatório se há evidência objetiva de que o ativo financeiro ou o grupo de ativos financeiros está deteriorado. Um ativo ou grupo de ativos financeiros está deteriorado e os prejuízos de *impairment* são incorridos somente se há evidência objetiva de *impairment* como

resultado de um ou mais eventos ocorridos após o reconhecimento inicial dos ativos (um "evento de perda") e aquele evento (ou eventos) de perda tem um impacto nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros que pode ser estimado de maneira confiável.

Os critérios que o Grupo usa para determinar se há evidência objetiva de uma perda por *impairment* incluem:

- (i) dificuldade financeira relevante do emissor ou devedor;
- (ii) uma quebra de contrato, como inadimplência ou mora no pagamento dos juros ou principal;
- (iii) o Grupo, por razões econômicas ou jurídicas relativas à dificuldade financeira do tomador de empréstimo, estende ao tomador uma concessão que um credor normalmente não consideraria;
- (iv) torna-se provável que o tomador declare falência ou outra reorganização financeira;
- (v) o desaparecimento de um mercado ativo para aquele ativo financeiro devido às dificuldades financeiras; ou
- (vi) dados observáveis indicando que há uma redução mensurável nos futuros fluxos de caixa estimados a partir de uma carteira de ativos financeiros desde o reconhecimento inicial daqueles ativos, embora a diminuição não possa ainda ser identificada com os ativos financeiros individuais na carteira, incluindo:

Desenvix Energias Renováveis S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras consolidadas e individuais

em 31 de dezembro de 2012

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

- . mudanças adversas na situação do pagamento dos tomadores de empréstimo na carteira;
- . condições econômicas nacionais ou locais que se correlacionam com as inadimplências sobre os ativos na carteira.

O montante da perda por *impairment* é mensurada como a diferença entre o valor contábil dos ativos e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados (excluindo os prejuízos de crédito futuro que não foram incorridos) descontados à taxa de juros em vigor original dos ativos financeiros. O valor contábil do ativo é reduzido e o valor do prejuízo é reconhecido na demonstração do resultado. Se um empréstimo ou investimento mantido até o vencimento tiver uma taxa de juros variável, a taxa de desconto para medir uma perda por *impairment* é a atual taxa efetiva de juros determinada de acordo com o contrato. Como um expediente prático, o Grupo pode mensurar o *impairment* com base no valor justo de um instrumento utilizando um preço de mercado observável.

Se, num período subsequente, o valor da perda por *impairment* diminuir e a diminuição puder ser relacionada objetivamente com um evento que ocorreu após o *impairment* ser reconhecido (como uma melhoria na classificação de crédito do devedor), a reversão dessa perda reconhecida anteriormente será reconhecida na demonstração do resultado.

(b) Ativos classificados como disponíveis para venda

O Grupo avalia na data de cada balanço se há evidência objetiva de que um ativo financeiro ou um grupo de ativos financeiros está deteriorado. Para os títulos de dívida, o Grupo usa os critérios mencionados em (a) anterior. No caso de investimentos em títulos patrimoniais classificados como disponíveis para venda, uma queda relevante ou prolongada no valor justo do título abaixo de seu custo também é uma evidência de que o ativo está deteriorado. Se qualquer evidência desse tipo existir para ativos financeiros disponíveis para venda, o prejuízo cumulativo - medido como a diferença entre o custo de aquisição e o valor justo atual, menos qualquer perda por *impairment* sobre o ativo financeiro reconhecido anteriormente no resultado - será retirado do patrimônio e reconhecido na demonstração do resultado. Perdas por *impairment* de instrumentos patrimoniais reconhecidas na demonstração do resultado não são revertidas por meio da demonstração do resultado. No caso de instrumentos de dívida, se, em um período subsequente, o valor justo desse instrumento classificado como disponível para venda aumentar, e o aumento puder ser objetivamente relacionado a um evento que ocorreu após a perda por *impairment* ter sido reconhecido no resultado, a perda por *impairment* é revertida por meio da demonstração do resultado.

2.7 Contas a receber

As contas a receber correspondem a: (i) suprimento de energia elétrica contratado até a data das demonstrações financeiras; e (ii) serviços prestados de consultoria e gerenciamento, contabilizados observando o regime de competência. Se o prazo de recebimento é equivalente a um ano ou menos, as contas a receber são classificadas no ativo circulante. Caso contrário, estão apresentadas no ativo não circulante.

As contas a receber de clientes são normalmente reconhecidas ao valor faturado, ajustado pela provisão para créditos de liquidação duvidosa ("PDD" ou *impairment*), se necessária.

Desenvix Energias Renováveis S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras consolidadas e individuais

em 31 de dezembro de 2012

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

2.8 Demais ativos circulantes e não circulantes

Impostos a recuperar consistem, substancialmente, em créditos decorrentes de Programa de Integração Social (PIS), Contribuição para Financiamento da Seguridade Social (COFINS), imposto de renda e contribuição social, decorrentes da retenção na fonte sobre serviços prestados, fornecimento de energia elétrica e outros, apresentados ao valor de custo ou de realização, incluindo, quando aplicável, as variações monetárias auferidas. Os estoques, representados por peças de manutenção das usinas hidrelétricas, estão demonstrados ao custo, que não excede seu valor de realização.

As despesas antecipadas, representadas pelos custos incorridos na contratação de carta de fiança bancária e seguros, apropriados *pro rata temporis*, e as despesas incorridas com processo de abertura de capital estão demonstradas ao custo.

2.9 Investimentos em controladas, controladas em conjunto e coligadas

Os investimentos em empresas controladas, controladas em conjunto e coligadas são registrados e avaliados pelo método de equivalência patrimonial, reconhecido no resultado do exercício como receita (ou despesa) operacional.

A Companhia não possui investimentos no exterior. Para efeitos do cálculo da equivalência patrimonial, ganhos não realizados entre a Companhia e suas controladas e coligadas são eliminados, quando

aplicável, na medida da participação da Companhia; perdas não realizadas também são eliminadas, a menos que a transação forneça evidências de perda permanente (*impairment*) do ativo transferido.

Quando necessário, as práticas contábeis das controladas e coligadas são alteradas para garantir consistência com as práticas adotadas pela Companhia.

Quando a participação da Companhia nas perdas acumuladas das coligadas e controladas iguala ou ultrapassa o valor do investimento, a Companhia não reconhece perdas adicionais, a menos que tenha assumido obrigações ou feito pagamentos em nome dessas sociedades. Nestes casos, a participação nas perdas acumuladas é registrada na conta "Provisão para passivo a descoberto" (Nota 8).

Controladas em conjunto são aquelas nas quais o controle é exercido conjuntamente pela Companhia e por um ou mais sócios, situação em que as decisões sobre políticas financeiras e operacionais

estratégicas relacionadas às atividades da entidade requerem a aprovação de todas as partes que compartilham o controle.

Os investimentos em empresas com controle compartilhado são reconhecidos pelo método de equivalência patrimonial, desde a data em que o controle conjunto é adquirido ou constituído. O Grupo apresenta suas participações em entidades controladas em conjunto, nas suas demonstrações financeiras consolidadas, usando o método de consolidação proporcional.

Desenvix Energias Renováveis S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras consolidadas e individuais

em 31 de dezembro de 2012

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

2.10 Imobilizado

Demonstrado ao custo de aquisição ou construção, incluindo os encargos financeiros incorridos na fase de construção das usinas decorrentes do financiamento contratado, deduzido da depreciação calculada pelo método linear, às taxas anuais mencionadas na Nota 9, estabelecidas pela ANEEL, as quais são praticadas pela indústria e aceitas pelo mercado como adequadas, limitadas ao prazo de concessão ou da autorização das usinas, quando aplicável.

Ganhos e perdas em alienações são determinados pela comparação dos valores de alienação com o valor contábil e são incluídos no resultado.

Reparos e manutenção são apropriados ao resultado durante o período em que são incorridos. O custo das principais renovações é incluído no valor contábil do ativo no momento em que for provável que os benefícios econômicos futuros que ultrapassarem o padrão de desempenho inicialmente avaliado para o ativo existente fluirão para a Companhia e suas empresas controladas. As principais renovações são depreciadas ao longo da vida útil remanescente do ativo relacionado.

A Companhia optou por não valorizar o seu ativo imobilizado ao custo atribuído, uma vez que seus empreendimentos são relativamente novos e não possuem defasagem material de avaliação com relação aos seus valores de mercado.

Com relação aos bens reversíveis, incluindo os terrenos, no vencimento da concessão ou autorização, contabilizados no Ativo Imobilizado, a Companhia determinou seu valor residual como sendo zero. Ao adotar esse critério a Companhia considerou que existem incertezas quanto à forma de determinação do valor da indenização final e sobre sua forma de liquidação, e portanto, a Companhia conclui que a determinação de um valor residual no final do período de concessão seria um ativo contingente, o qual não pode ser considerado enquanto permanecer dúvidas ou disputas a respeito de sua recuperação.

2.11 Intangível

(a) Ágio

O ágio (*goodwill*) é representado pela diferença positiva entre o valor pago e/ou a pagar pela aquisição de um negócio e o montante líquido do valor justo dos ativos e passivos da controlada adquirida. O ágio de aquisições de controladas é registrado como "Ativo intangível" nas demonstrações financeiras consolidadas. No caso de apuração de deságio, o montante é registrado como ganho no resultado do período, na data da aquisição. O ágio é testado anualmente para verificar perdas (*impairment*). Ágio é contabilizado pelo seu valor de custo menos as perdas acumuladas por *impairment*. Perdas por *impairment* reconhecidas sobre ágio não são revertidas. Os ganhos e as perdas da alienação de uma entidade incluem o valor contábil do ágio relacionado com a entidade vendida.

O ágio é alocado a Unidades Geradoras de Caixa (UGCs) para fins de teste de *impairment*. A alocação é feita para as Unidades Geradoras de Caixa ou para os grupos de Unidades Geradoras de Caixa que devem se beneficiar da combinação de negócios da qual o ágio se originou, e são identificadas de acordo com o segmento operacional.

Desenvix Energias Renováveis S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras consolidadas e individuais

em 31 de dezembro de 2012

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(b) Estudos de projeto

O montante dos gastos incorridos no desenvolvimento de estudos de inventário, de viabilidade e ambientais do aproveitamento hidrelétrico, eólico e outros são reconhecidos inicialmente ao custo, sendo posteriormente reduzido ao seu valor recuperável, uma vez que a sua recuperação está condicionada a aprovação dos referidos estudos e consequente realização do leilão de novos empreendimentos de geração de energia pela ANEEL, assim como, quando requerida, a obtenção pelas empresas vencedoras do leilão da licença ambiental prévia, em prazos e condições indeterminados.

Por ocasião da aprovação pela ANEEL dos estudos para UHEs, formalizada através de Despachos ou Ofícios, quando a Companhia tem assegurado o ressarcimento dos custos incorridos pelo vencedor do leilão de novos empreendimentos de geração de energia, que poderá ser um terceiro ou parte relacionada, assim como, quando requerida, da obtenção da licença ambiental prévia, um ativo é reconhecido, em contrapartida ao resultado do exercício, uma vez que há indicações claras e objetivas, com base em fontes internas e externas, do direito de exploração ou do seu reembolso, conforme o caso.

No caso específico de PCHs e usinas eólicas, o ativo é reconhecido por ocasião da obtenção, ou quando houver evidências claras e objetivas da obtenção, da outorga, como por exemplo estarem classificadas

como prioritárias, ter a licença ambiental prévia, terras nas proximidades do reservatório, projeto básico aceito pela ANEEL estando em fase final de complementação, entre outros. Essas condições são analisadas, individualmente ou em conjunto, considerando fatos e circunstâncias.

Caso o ganhador seja um terceiro, os referidos gastos serão faturados consoante previsão contratual e normas da ANEEL, atualizados monetariamente desde a data de sua aprovação até a data de seu pagamento, tendo por base a variação da Taxa de Juros de Longo Prazo (TJLP), limitada a 10% ao ano; portanto, corresponde a um ativo financeiro pelo direito contratual de receber deste terceiro. Caso o ganhador seja uma parte relacionada (empresa controlada constituída para explorar o novo empreendimento de geração de energia), o referido gasto poderá ser faturado para a, ou considerado como aporte de capital na, referida sociedade.

Os gastos com pesquisa, quando incorridos, são reconhecidos como despesas no resultado.

(c) Direito de concessão - uso do bem público

Refere-se ao direito de exploração do aproveitamento hidrelétrico e sistema de transmissão contratado decorrente do contrato de concessão firmado pela Monel Monjolinho Energética S.A. com a ANEEL. É constituído pelo valor justo do direito relacionado com o uso do bem público (UBP) até o final do contrato de concessão e amortizado pelo correspondente prazo, a partir do início da operação comercial da usina.

Desenvix Energias Renováveis S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras consolidadas e individuais

em 31 de dezembro de 2012

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(d) Licenças ambientais

As licenças prévias e de instalação, obtidas na fase do planejamento do empreendimento e na instalação do mesmo, consecutivamente, são reconhecidas como custo da usina, mais especificamente como custo das barragens, conforme manual de contabilidade da ANEEL, e depreciadas pela vida útil dessas barragens. Já as licenças de operação, obtidas após a entrada em operação dos empreendimentos, caso os custos ambientais associados à obtenção dessas licenças sejam pagos antes da obtenção efetiva da licença, o valor desembolsado é registrado como ativo intangível - licenças de operação e amortizado pelo prazo da vigência da licença. Se a licença for obtida antes dos desembolsos, no momento inicial da vigência da licença o custo estimado desses desembolsos é provisionado e registrado como ativo intangível (Nota 10).

2.12 Diferido

Corresponde aos gastos incorridos na fase pré-operacional pela sociedade controlada Santa Rosa S.A., que tiveram por origem período anterior ao do início da fase de construção da usina, não tendo, dessa

forma, nenhuma vinculação com o projeto, sendo amortizados pelo prazo máximo de cinco anos, a partir da data de início das operações da usina. Conforme facultado no Pronunciamento Técnico CPC 13, a administração optou por manter, nas demonstrações financeiras individuais, o saldo existente no ativo diferido até a sua amortização final.

2.13 Redução ao valor recuperável de ativos não financeiros

Os ativos que têm uma vida útil indefinida, como o ágio, não estão sujeitos a amortização e são testados anualmente para identificar eventual necessidade de redução ao valor recuperável (*impairment*). Os ativos que estão sujeitos à amortização são revisados para a verificação de *impairment* sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Uma perda por *impairment* é reconhecida quando o valor contábil do ativo excede seu valor recuperável, o qual representa o maior valor entre o valor justo de um ativo menos seus custos de venda e o seu valor em uso. Para fins de avaliação do *impairment*, os ativos são agrupados nos níveis mais baixo para os quais existam fluxos de caixa identificáveis separadamente (Unidades Geradoras de Caixa (UGC)). Os ativos não financeiros, exceto o ágio, que tenham sido ajustado por *impairment*, são revisados subsequentemente para a análise de uma possível reversão do *impairment* na data do balanço.

Em 31 de dezembro de 2012, não há indicação de desvalorização que requeira a contabilização de provisão para ajuste de ativo ao seu valor de recuperação.

2.14 Combinação de negócios

Nas demonstrações financeiras consolidadas, as aquisições de negócios são contabilizadas pelo método de aquisição. A contrapartida transferida em uma combinação de negócios é mensurada pelo valor justo. Os custos relacionados à aquisição foram reconhecidos no resultado, quando incorridos.

Os ativos adquiridos e os passivos assumidos identificáveis são reconhecidos pelo valor justo na data da aquisição.

Desenvix Energias Renováveis S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras consolidadas e individuais

em 31 de dezembro de 2012

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

As participações dos acionistas não controladores que correspondam a participações atuais e conferem aos seus titulares o direito a uma parcela proporcional dos ativos líquidos da Companhia no caso de liquidação, são mensuradas com base na parcela proporcional das participações não controladoras nos valores reconhecidos dos ativos líquidos identificáveis da adquirida.

Nas demonstrações financeiras individuais, a Companhia aplica os requisitos da ICPC 09 - "Demonstrações Contábeis Individuais e Consolidadas", a qual requer que qualquer montante excedente ao custo de aquisição de participação da Companhia no valor justo líquido dos ativos, passivos e passivos contingentes identificáveis da adquirida na data de aquisição seja reconhecido como ágio. O ágio é acrescido ao valor contábil do investimento. As contraprestações transferidas (valor pago), bem como o valor justo líquido dos ativos e passivos, são mensuradas utilizando-se os mesmos critérios aplicáveis às demonstrações financeiras consolidadas descritos anteriormente.

2.15 Contas a pagar aos fornecedores

As contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos de fornecedores no curso normal dos negócios, sendo classificadas como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até um ano (ou no ciclo operacional normal dos negócios, ainda que mais longo). Caso contrário, as contas a pagar são apresentadas como passivo não circulante.

2.16 Passivos financeiros

2.16.1 Financiamentos

Os financiamentos tomados são reconhecidos contabilmente no recebimento dos recursos, líquidos dos custos de transação. Em seguida, os financiamentos tomados são apresentados pelo custo, líquido dos pagamentos realizados, acrescidos de encargos e juros proporcionais ao período incorrido (*pro rata temporis*).

O ajuste a valor presente não é aplicável, uma vez que parcela substancial dos financiamentos reúne características próprias, sendo as condições definidas nos correspondentes contratos aplicáveis a qualquer empresa, assim como estando sua concessão limitada ao BNDES.

2.16.2 Concessões a pagar

É um instrumento financeiro mantido até o vencimento, demonstrado ao custo amortizado e atualizado pelo IGP-M incorrido até a data do balanço. Os saldos do passivo circulante e não circulante estão reconhecidos ao valor presente, onde se considerou uma taxa de desconto de 9,50%.

2.17 Provisões

As provisões são reconhecidas quando há uma obrigação presente legal ou implícita como resultado de eventos passados e é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação e uma estimativa confiável do valor possa ser feita.

2.18 Demais passivos circulantes e não circulantes

São demonstrados por valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e variações monetárias incorridos.

Desenvix Energias Renováveis S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras consolidadas e individuais

em 31 de dezembro de 2012

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

2.19 Reconhecimento da receita

As receitas de venda de serviços e do fornecimento de energia elétrica são reconhecidas quando os riscos significativos e os benefícios inerentes são transferidos para o comprador.

No caso de estudos de inventário, de viabilidade e ambientais do aproveitamento hidrelétrico, eólico e outros, a receita, ou a recuperação de custos, é reconhecida quando for provável que os benefícios econômicos venham a ser percebidos pela Companhia, fato esse que ocorrerá por ocasião do leilão de energia, quando a empresa vencedora, mediante previsão contratual, se obriga a pagar a Companhia pelos referidos estudos, dependendo ainda, em determinadas circunstâncias, da obtenção da licença ambiental prévia. O Mecanismo de Realocação de Energia (MRE) é utilizado para operacionalizar o compartilhamento dos riscos hidrológicos associados ao despacho centralizado, assegurando que todas as usinas recebam seus níveis de Garantia Física independente de seus níveis reais de produção de energia. O MRE realoca a energia produzida, transferindo o excedente daqueles que geraram além de sua Garantia Física para aquelas que geraram abaixo. O ajuste do MRE é apurado e informado ao final de cada ano pela Eletrobras, sendo seu montante (receita ou custo) reconhecido contabilmente somente no encerramento do exercício social.

As demais receitas, custos e despesas são contabilizados pelo regime de competência.

2.20 Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social são calculados observando os critérios estabelecidos pela legislação fiscal vigente. Determinadas sociedades adotam o regime de apuração do lucro real e outras do lucro presumido, como a seguir indicado:

(a) Lucro real

São calculados pelas alíquotas regulares de 15% acrescida do adicional de 10% para o imposto de renda e de 9% para a contribuição social.

(b) Lucro presumido

Conforme facultado pela legislação fiscal vigente, certas sociedades, cujo faturamento anual do exercício imediatamente anterior tenha sido inferior a R\$ 48.000, optaram pelo regime de lucro presumido. Para essas sociedades, a base de cálculo do imposto de renda é calculada à razão de 8% e a da contribuição social à razão de 12% sobre as receitas brutas (32% quando a receita for proveniente de prestação de serviços) e 100% das demais receitas, inclusive as financeiras, sobre as quais se aplicam as alíquotas regulares do respectivo imposto e contribuição.

O imposto de renda (IRPJ) e a contribuição social (CSLL) estão comentados na Nota 23.

Desenvix Energias Renováveis S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras consolidadas e individuais

em 31 de dezembro de 2012

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

2.21 Contingências ativas e passivas

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação das contingências ativas e passivas e obrigações legais são efetuados de acordo com os seguintes critérios:

- (a) Ganhos contingentes - não são reconhecidos contabilmente, exceto quando a administração possui controle da situação ou quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, sobre as quais não cabem mais recursos, caracterizando o ganho como praticamente certo. Os ativos contingentes com probabilidade de êxito provável são apenas divulgados nas demonstrações financeiras.
- (b) Contingências passivas - são provisionadas levando em conta a opinião dos assessores jurídicos, a natureza das ações, a similaridade com processos anteriores, a complexidade e o posicionamento de tribunais, sempre que a perda for avaliada como provável, o que ocasionaria uma provável saída de recursos para liquidação das obrigações e quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. As contingências passivas classificadas como perdas possíveis não são provisionadas, sendo apenas divulgadas em notas explicativas às demonstrações financeiras, e as classificadas como perda remota não requerem provisão ou divulgação.

2.22 Normas novas, alterações e interpretações de normas que ainda não estão em vigor

As seguintes novas normas, alterações e interpretações de normas foram emitidas pelo IASB mas não estão em vigor para o exercício de 2012. A adoção antecipada dessas normas, embora encorajada pelo IASB, não foi permitida, no Brasil, pelo Comitê de Pronunciamento Contábeis (CPC).

- . IAS 1 - "Apresentação das Demonstrações Financeiras". A principal alteração é a separação dos outros componentes do resultado abrangente em dois grupos: os que serão realizados contra o resultado e os que permanecerão no patrimônio líquido. A alteração da norma é aplicável a partir de 1º de janeiro de 2013. O impacto previsto na sua adoção é somente de divulgação.
- . O IFRS 9 - "Instrumentos Financeiros" aborda a classificação, mensuração e reconhecimento de ativos e passivos financeiros. O IFRS 9 foi emitido em novembro de 2009 e outubro de 2010 e substitui os trechos do IAS 39 relacionados à classificação e mensuração de instrumentos financeiros. O IFRS 9 requer a classificação dos ativos financeiros em duas categorias: mensurados ao valor justo e mensurados ao custo amortizado. A determinação é feita no reconhecimento inicial. A base de classificação depende do modelo de negócios da entidade e das características contratuais do fluxo de caixa dos instrumentos financeiros. Com relação ao passivo financeiro, a norma mantém a maioria das exigências estabelecidas pelo IAS 39. A principal mudança é a de que nos casos em que a opção de valor justo é adotada para passivos financeiros, a porção de mudança no valor justo devido ao risco de crédito da própria entidade é registrada em outros resultados abrangentes e não na demonstração dos resultados, exceto quando resultar em descasamento contábil. O Grupo está avaliando o impacto total do IFRS 9. A norma é aplicável a partir de 1º de janeiro de 2015.
- . O IFRS 10 - "Demonstrações Financeiras Consolidadas" incluída como alteração ao texto do CPC 36(R3) - "Demonstrações Consolidadas". Apoia-se em princípios já existentes, identificando o conceito de controle como fator preponderante para determinar se uma entidade deve ou não ser incluída nas demonstrações financeiras consolidadas da Controladora. A norma fornece orientações adicionais para a determinação do controle. A norma é aplicável a partir de 1º de janeiro de 2013.
- . IFRS 11 - "Acordos em Conjunto", emitida em maio de 2011, e incluída como alteração ao texto do CPC 19(R2) - "Negócios em Conjunto". A norma provê uma abordagem mais realista para acordos em conjunto ao focar nos direitos e obrigações do acordo em vez de sua forma jurídica. Há dois tipos de acordos em conjunto: (i) operações em conjunto - que ocorre quando um operador possui direitos sobre os ativos e obrigações contratuais e como consequência contabilizará sua

Desenvix Energias Renováveis S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras consolidadas e individuais

em 31 de dezembro de 2012

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

parcela nos ativos, passivos, receitas e despesas; e (ii) controle compartilhado - ocorre quando um operador possui direitos sobre os ativos líquidos do contrato e contabiliza o investimento pelo método de equivalência patrimonial. O método de consolidação proporcional não será mais permitido com controle em conjunto. A norma é aplicável a partir de 1º de janeiro de 2013.

Com relação ao IFRS 10 e IFRS 11, informamos que nossa subsidiária Passos Maia Energética S.A. consolidada pelo método proporcional em 2012, passará a ser consolidada, a partir de janeiro de 2013, por equivalência patrimonial. Como consequência, durante as Informações Trimestrais de 2013, bem como na Demonstração Financeira Padronizada anual apresentaremos as informações consolidadas relativas ao exercício de 2012 reclassificadas, resultando em menores receitas e despesas, porém sem afetar o resultado consolidado final da Companhia.

- O IFRS 12 - "Divulgação sobre Participações em Outras Entidades", considerada em um novo pronunciamento CPC 45 - "Divulgação de Participações em Outras Entidades". Trata das exigências de divulgação para todas as formas de participação em outras entidades, incluindo acordos conjuntos, associações, participações com fins específicos e outras participações não registradas contabilmente. A norma é aplicável a partir de 1º de janeiro de 2013. O impacto dessa norma será basicamente um incremento na divulgação.
- IFRS 13 - "Mensuração de Valor Justo", emitido em maio de 2011, e divulgada em um novo pronunciamento CPC 46 - "Mensuração do Valor Justo". O objetivo da norma do IFRS 13 é aprimorar a consistência e reduzir a complexidade da mensuração ao valor justo, fornecendo uma definição mais precisa e uma única fonte de mensuração do valor justo e suas exigências de divulgação para uso em IFRS. As exigências, que estão bastante alinhadas entre IFRS e US GAAP, não ampliam o uso da contabilização ao valor justo, mas fornecem orientações sobre como aplicá-lo quando seu uso já é requerido ou permitido por outras normas IFRS ou US GAAP. A norma é aplicável a partir de 1º de janeiro de 2013. O impacto dessa norma será basicamente um incremento na divulgação.

Não há outras normas IFRS ou interpretações IFRIC que ainda não entraram em vigor que poderiam ter impacto significativo sobre o Grupo.

3 Estimativas e julgamentos contábeis críticos

As estimativas e os julgamentos contábeis são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, consideradas razoáveis para as circunstâncias.

3.1 Estimativas e premissas contábeis críticas

Com base em premissas, o Grupo faz estimativas com relação ao futuro. Por definição, as estimativas contábeis resultantes raramente serão iguais aos respectivos resultados reais. As estimativas e premissas que apresentam um risco significativo, com probabilidade de causar um ajuste relevante nos valores contábeis de ativos e passivos para o próximo exercício social, estão contempladas abaixo.

(a) Vida útil do ativo imobilizado

A Companhia reconhece a depreciação de seus ativos imobilizados com base nas taxas anuais estabelecidas pela ANEEL, limitadas ao prazo de concessão das usinas, quando aplicável. Entretanto, as vidas úteis reais podem variar com base na atualização tecnológica de cada unidade. As vidas úteis dos ativos imobilizados também afetam os testes de recuperação do custo dos ativos de longa duração, quando necessário.

Desenvix Energias Renováveis S.A.

**Notas explicativas da administração às demonstrações
financeiras consolidadas e individuais
em 31 de dezembro de 2012**
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(b) Teste de redução do valor de recuperação dos ativos de longa duração

Existem regras específicas para avaliar o valor recuperável dos ativos de vida longa, especialmente imobilizado. Na data do encerramento do exercício social, o Grupo realiza uma análise para determinar se existe evidência de que o montante dos ativos de vida longa não será recuperável. Se tal evidência é identificada, o montante recuperável dos ativos é estimado pelo Grupo.

O montante recuperável de um ativo é determinado pelo maior valor entre: (i) seu valor justo menos custos estimados de venda; e (ii) seu valor em uso. O valor em uso é mensurado com base nos fluxos de caixa descontados derivados pelo contínuo uso de um ativo até o fim de sua vida útil. Quando o valor contábil de um ativo excede o seu montante recuperável, o Grupo reconhece uma redução no saldo contábil desses ativos, quando aplicável.

O processo de revisão do valor recuperável de ativos é subjetivo e requer julgamentos significativos através da realização de análises. Em 31 de dezembro de 2012, o Grupo, com base em suas análises, não identificou necessidade de constituir nenhuma provisão para a recuperação dos ativos de longa duração.

Os saldos de imobilizado e intangível de longa duração estão nas rubricas "Imobilizado" e "Intangível".

(c) Valor justo de instrumentos financeiros

O valor justo de instrumentos financeiros que não são negociados em mercados ativos é determinado mediante o uso de técnicas de avaliação. Essas técnicas incluem o uso de operações recentes contratadas

com terceiros e análise de fluxos de caixa descontados. O Grupo usa seu julgamento para escolher diversos métodos e definir premissas que se baseiam principalmente nas condições de mercado existentes na data do balanço. O Grupo utilizou como referência operação recente contratada com terceiro, cuja precificação se deu com base no fluxo de caixa descontado.

O valor contábil dos ativos financeiros disponíveis para venda seria R\$ 11.901 menor ou R\$ 15.478 maior, caso a taxa de desconto utilizada na análise do fluxo de caixa descontado apresentasse uma diferença de aproximadamente 10% em relação às estimativas da administração.

4 Gestão de capital

Os objetivos do Grupo ao administrar seu capital são os de salvaguardar a capacidade de continuidade do Grupo para oferecer retorno aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital ideal para reduzir esse custo.

Para manter ou ajustar a estrutura do capital, o Grupo pode rever a política de pagamento de dividendos, devolver capital aos acionistas ou, ainda, vender ativos para reduzir, por exemplo, o nível de endividamento.

Condizente com outras companhias do setor, o Grupo monitora o capital com base no índice de alavancagem financeira. Esse índice corresponde à dívida líquida dividida pelo capital total. A dívida líquida, por sua vez, corresponde ao total de empréstimos (incluindo empréstimos de curto e longo prazos, conforme demonstrado no balanço patrimonial consolidado), subtraído do montante de caixa e equivalentes de caixa. O capital total é apurado através da soma do patrimônio líquido, conforme demonstrado no balanço patrimonial consolidado, com a dívida líquida.

Os índices de alavancagem financeira em 31 de dezembro podem ser assim sumariados:

Desenvix Energias Renováveis S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras consolidadas e individuais em 31 de dezembro de 2012

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	Consolidado	
	2012	2011
Total dos financiamentos (Nota 13)	948.834	755.675
Menos - caixa e equivalentes de caixa (Nota 5)	127.077	41.490
Menos - aplicação financeira restrita (Nota 7)	41.929	56.880
Dívida líquida	779.828	657.305
Total do patrimônio líquido	687.464	598.136
Total do capital	1.467.293	1.255.441
Índice de alavancagem financeira - %	53,15	52,36

O aumento no índice de alavancagem financeira em 31 de dezembro de 2012 decorre da contratação de novos financiamentos para custeio dos projetos em construção.

5 Caixa e equivalentes de caixa

	Controladora		Consolidado	
	2012	2011	2012	2011
Caixa e bancos	590	401	117.995	37.617
Aplicações financeiras (i)	6.536	5	9.082	3.873
	7.126	406	127.077	41.490

(i) As aplicações financeiras estão representadas por Certificados de Depósito Bancário (CDBs) e Fundos de Renda Fixa, com rendimentos médios equivalentes a 100% da variação do CDI, emitidos por instituições financeiras no Brasil. Estas aplicações financeiras podem ser resgatadas a qualquer momento sem penalizações.

6 Contas a receber

	Controladora		Consolidado	
	2012	2011	2012	2011
Fornecimento de energia elétrica (i)				
Eletrobras - PROINFA			8.220	5.988
CCEE - Câmara de Comercialização de Energia Elétrica			7.607	17.867
Terceiros			7.315	8.109
CEMIG- Geração e transmissão S.A.			3.094	
Cientes - prestação de serviços (ii)			2.422	2.511
Cientes - partes relacionadas (Nota 11)	1.554	2.770	237	250
Provisão para devedores duvidosos (iii)	(220)	(220)	(220)	(220)
	1.334	2.550	28.675	34.505

Desenvix Energias Renováveis S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras consolidadas e individuais em 31 de dezembro de 2012 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

- (i) Fornecimento de energia elétrica está representado pelo fornecimento de energia elétrica em contratos firmados no âmbito do PROINFA, Câmara de Comercialização de Energia Elétrica e terceiros, com prazo médio de vencimento de 35 dias.
- (ii) Clientes – terceiros – o saldo de 31 de dezembro de 2012 (consolidado) corresponde a recebíveis da subsidiária Enx O&M de Sistema Elétricos Ltda.
- (iii) Em 31 de dezembro de 2011, o saldo provisionado refere-se a 100% dos títulos em aberto da Usina Hidrelétrica de Cubatão S.A.

7 Aplicações financeiras restritas

(a) Ativo circulante

O saldo em 31 de dezembro de 2011 está representado por recursos financeiros aplicados no Banco Itaú S.A. em garantia de carta de fiança bancária emitida pela referida instituição financeira em decorrência do empréstimo concedido pela SN Power, cuja operação foi finalizada em março de 2012 e, por consequência, sendo a referida aplicação financeira liberada nessa mesma data.

(b) Ativo não circulante

Por força dos contratos de financiamento firmados com o BNDES para custeio das obras das PCHs Esmeralda, Santa Laura, Santa Rosa, Moinho, Victor Baptista Adami e da UHE Alzir dos Santos Antunes, e com o Banco do Nordeste do Brasil S.A. ("BNB") para o custeio das obras das Usinas Eólicas Novo Horizonte, Seabra, Macaúbas as empresas devem manter saldos em conta-corrente remunerada, ou de aplicação financeira, denominada "conta reserva", com recursos suficientes para o pagamento, a qualquer momento, do equivalente à soma das últimas três parcelas mensais, no mínimo, de principal, juros e demais acessórios, valor esse que permanecerá bloqueado durante todo o prazo de amortização do referido contrato de financiamento (Nota 13).

As referidas aplicações foram realizadas no Banco Itaú S.A., Bradesco S.A., Banco do Nordeste do Brasil S.A. e Banco do Brasil S.A., com remuneração equivalente a 100% da variação do índice do Certificado de Depósito Interbancário ("CDI").

As movimentações das aplicações financeiras restritas do ativo circulante e ativo não circulante podem ser assim demonstradas:

	Controladora	
	2012	2011
No início do exercício	24.799	-
Resgates	(25.207)	
Rendimentos	408	
Aplicações	4.938	24.799-
No final do exercício	4.938	24.799

Desenvix Energias Renováveis S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras consolidadas e individuais em 31 de dezembro de 2012

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	Consolidado	
	2012	2011
No início do exercício	32.081	18.139
Aplicações	7.409	38.515
Rendimentos	2.439	2.089
Resgates		(1.863)
No final do exercício	41.929	56.880
Ativo circulante (i)		(24.799)
Ativo não circulante	41.929	32.081

(i) O saldo refere-se a uma aplicação realizada no Banco Itaú S.A. no valor de R\$ 24.799 dada em garantia de carta de fiança bancária emitida pela referida instituição financeira em decorrência do empréstimo concedido pela SN Power, cuja operação foi finalizada em março de 2012 e, por consequência, a referida aplicação financeira foi resgatada nessa mesma data.

O valor justo das aplicações financeiras em 31 de dezembro de 2012 e de 2011 aproximam-se de seus valores contábeis.

8 Investimentos

	Controladora		Consolidado	
	2012	2011	2012	2011
Em empresas controladas	497.610	513.911		
Em empresas coligadas e outras	85.324	39.042	85.324	39.043
	582.934	552.953	85.324	39.043
Investimentos disponíveis para venda (i)	81.213	76.429	81.213	76.429
Aquisição de terras	21.419	21.439	21.419	21.439
	685.566	650.821	187.956	136.911

(i) Investimentos classificados como instrumentos financeiros disponíveis para venda. O ajuste de avaliação patrimonial acumulado em 31 de dezembro de 2012 e de 2011 totalizou R\$ 53.687 e R\$ 49.800 (líquido dos efeitos tributários - R\$ 44.432 e R\$ 41.867), respectivamente.

Desenvix Energias Renováveis S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações
financeiras consolidadas e individuais
em 31 de dezembro de 2012
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(a) A composição do saldos dos investimentos em empresas controladas, coligadas e outras, pode ser assim demonstrada:

	2012						2011					
	Custo	Efeitos de combinação de negócios	AFAC	Provisão para perda	Lucro não realizado	Investimento	Custo	Ágio	AFAC	Provisão para perda	Lucro não realizado	Investimento
Empresas controladas												
Enercasa - Energia Caiuá S.A.	4.559					4.559	26.715					26.715
Energen Energias Renováveis S.A.	26.980	6.970				33.950	12.225	6.970				19.195
Enex O&M de Sistemas Elétricos Ltda.	2.742	34.950				37.692	1.860	36.100				37.960
Esmeralda S.A.	27.609				(179)	27.430	34.140				(189)	33.951
Macaúbas Energética S.A.	44.803					44.803	46.344					46.344
Moinho S.A.	44.141				(1.697)	42.444	31.161				(1.765)	29.396
Monel Monjolinho Energética S.A.	115.419				(2.339)	113.080	127.837				(2.431)	125.406
Novo Horizonte Energética S.A.	38.517					38.517	40.311					40.311
Passos Maia Energética S.A.	23.475	3.541				27.016	22.265	3.541				25.806
Santa Laura S.A.	28.174				(263)	27.911	32.779				(279)	32.500
Santa Rosa S.A.	62.799				(1.635)	61.164	58.282				(1.715)	56.567
Seabra Energética S.A.	39.044					39.044	39.760					39.760
	458.262	45.461			(6.113)	497.610	473.679	46.611			(6.379)	513.911
Empresas coligadas												
BBE Bioenergia S.A. (*)	2.213				(2.213)		2.213			(2.213)		
Caldas Novas Transmissão S.A.							24					24
Goiás Transmissão S.A.	52.072					52.072	20.857					20.857
MGE Transmissão S.A.	32.595					32.595	17.497					17.497
Usina Hidrelétrica de Cubatão S.A.	330		327			657	338		326			664
	87.210		327		(2.213)	85.324	40.929		326		(2.213)	39.042
	545.472	45.461	327		(6.113)	582.934	514.608	46.611	326		(6.379)	552.953

(*) Em decorrência do contrato assinado com a SN Power, a Companhia deverá transferir a participação mantida junto à BBE para a Jackson.

Desenvix Energias Renováveis S.A.

**Notas explicativas da administração às demonstrações
financeiras consolidadas e individuais
em 31 de dezembro de 2012**
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(b) As principais informações das participações societárias mantidas estão resumidas a seguir:

	Participação no capital social - %		Patrimônio líquido (passivo a descoberto) - ajustado		Lucro líquido (prejuízo) do exercício - ajustado		Equivalência patrimonial		Lucros distribuídos ou a distribuir	
	2012	2011	2012	2011	2012	2011	2012	2011	2012	2011
Empresas controladas e controladas em conjunto										
Enercasa - Energia Caiuá S.A.	100	100	4.559	26.715	(22.065)	(5.865)	(22.065)	(5.865)		
Energen - Energias Renováveis S.A.	95	88,33	28.303	13.840	3.945	(247)	3.570	(149)	(890)	
Enex O&M de Sistemas Elétricos Ltda.	100	100	2.740	1.861	882	790	880	790		(200)
Esmeralda S.A.	99,99	99,99	27.609	33.951	9.140	8.230	9.152	8.230	(2.171)	(1.952)
Macaúbas Energética S.A.	99,99	99,99	44.804	46.345	(1.510)	(55)	(1.511)	(55)		
Moinho S.A.	99,99	99,99	44.149	29.396	740	642	808	642	(176)	(147)
Monel Monjolinho Energética S.A.	99,99	99,99	115.420	125.572	5.386	5.214	5.645	5.215	(1.184)	(1.110)
Novo Horizonte Energética S.A.	99,99	99,99	38.517	40.312	(1.761)	(27)	(1.760)	(27)		
Passos Maia Energética S.A. (controlada em conjunto)	50	50	46.750	44.339	1.586	428	1.586	214	(377)	
Santa Laura S.A.	99,99	99,99	28.174	32.499	3.493	3.083	3.510	3.083	(830)	(1.925)
Santa Rosa S.A.	99,99	99,99	62.799	56.547	5.923	2.083	6.004	2.082	(1.407)	(475)
Seabra Energética S.A.	99,99	99,99	39.044	39.760	(691)	(16)	(691)	(16)		
Empresas coligadas e outros										
BBE Bioenergia S.A.	12,5	12,5								
Caldas Novas Transmissão S.A.		25,5								
Goiás Transmissão S.A.		25,5	206.201	81.792	2.144	4.916	2.194	1.127	(509)	
MGE Transmissão S.A.	25,5	25,5	128.875	68.617	1.086	2.933	1.086	455	(268)	
Usina Hidrelétrica de Cubatão S.A.	20	20	1.649	1.656	(1)	(27)	(8)			
Investimentos disponíveis para venda										
FIP Energias Renováveis	100		3.066		1					
CER - Companhia de Energias Renováveis S.A.	6,25	25		8.684	49	(5.642)				
CERAN - Cia. Energética Rio das Antas	5	5	675.569	604.889	70.680	62				
Dona Francisca Energética S.A.	2,12	2,12	141.270	112.215	35.385	34.532				
							<u>8.400</u>	<u>15.726</u>	<u>(7.812)</u>	<u>(5.809)</u>

O patrimônio líquido contábil da Monel Monjolinho Energética S.A., Esmeralda S.A., Santa Laura S.A., Santa Rosa S.A. e Moinho Energética S.A. em 31 de dezembro de 2012 foi ajustado, para fins de cálculo da equivalência patrimonial, pelo montante dos lucros não realizados decorrentes de operações realizadas entre a Companhia e as referidas controladas, pelos montantes de R\$ 2.339, R\$ 179, R\$ 263, R\$ 1.635 e R\$ 1.697 (2011 - R\$ 2.431, R\$ 189, R\$ 279, R\$ 1.715 e R\$ 1.765), respectivamente.

Desenvix Energias Renováveis S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras consolidadas e individuais em 31 de dezembro de 2012 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

A movimentação dos investimentos pode ser assim demonstrada:

	Controladora	
	2012	2011
No início do exercício	574.392	315.005
Aquisição de terras	(20)	499
Aporte de capital ou adiantamentos para futuro aumento de capital	83.899	172.028
Reclassificação para ativos classificados como mantidos para venda	(16.976)	
Aquisição de participação societária		50.385
Equivalência patrimonial	8.400	15.726
Encargos financeiros capitalizados em controladas	1.869	9.677
Ganho com investimento (Nota 28(d))	441	17.264
Amortização de ágio	(1.150)	(383)
Baixas	(1.138)	
Dividendos	(45.364)	(5.809)
	<u>604.353</u>	<u>574.392</u>

Os saldos totais das contas patrimoniais e de resultado da sociedade controlada em conjunto consolidada nas demonstrações financeiras consolidadas, proporcionalmente à participação societária mantida, estão resumidos a seguir:

	Passos Maia Energética S.A.	
	2012	2011
Ativo		
Circulante	8.234	5.820
Não circulante		
Realizável a longo prazo	3.830	
Imobilizado	135.236	124.923
Intangível	1.984	
	<u>149.284</u>	<u>130.743</u>
Passivo e patrimônio líquido		
Passivo circulante	15.260	5.756
Passivo não circulante	87.458	80.648
Patrimônio líquido	46.566	44.339
	<u>149.284</u>	<u>130.743</u>
	Passos Maia Energética S.A.	
	2012	2011
Resultado do período		
Receita líquida	22.410	
Custo dos serviços prestados	(10.491)	
Despesas operacionais	(1.359)	(32)
Resultado financeiro	(6.473)	460
Imposto de renda e contribuição social	(915)	
	<u>3.172</u>	<u>428</u>
Lucro líquido do exercício	<u>3.172</u>	<u>428</u>

Desenvix Energias Renováveis S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras consolidadas e individuais em 31 de dezembro de 2012

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(c) Informações sobre as empresas controladas e coligadas

- Até 31 de agosto de 2011, a Enex era consolidada proporcionalmente considerando-se sua participação anterior de 50%. A partir de 10 de setembro de 2011 a Companhia adquiriu os demais 50% de participação (Nota 28(d)), passando a consolidá-la integralmente na suas demonstrações financeiras.
- A Usina Hidrelétrica de Cubatão S.A. - Planejado para ser instalado no rio Cubatão, em Santa Catarina. A Companhia possui 20% de participação no projeto, estando o início de construção condicionado à renovação da licença ambiental de instalação, cujo processo se encontra em andamento junto ao órgão ambiental estadual.
- Subestação Caldas Novas - o Consórcio Caldas Novas foi vencedor do Lote C no leilão de transmissão 008/2010, realizado em dezembro de 2010. Uma Sociedade de Propósito Específico, Caldas Novas Transmissão S.A., foi constituída para implantar, operar e explorar comercialmente a subestação Corumbá, de 150MVA, localizada no estado de Goiás, onde a Companhia tem participação de 25,05% na referida sociedade. Em 12 de agosto de 2011, a Companhia transferiu seu direito de exploração, referente à sua participação de 25,05% no Consórcio Caldas Novas à Santa Rita Comércio e Instalações Ltda e à CEL Engenharia Ltda. O pagamento e a transferência ocorrerão após a anuência da ANEEL.
- Por força da reestruturação societária ocorrida na Companhia em 08 de março de 2012, (Nota 1), foi assinado termo de transferência acionária da nossa participação na BBE Bioenergia S.A. para nosso acionista controlador Jackson. A realização da transferência acionária está impossibilitada, por ora, em função de (i) processo de execução de título extrajudicial movido em face da Desenvix, mantida na 4ª Vara Empresarial da Comarca da Capital do Estado do Rio de Janeiro, bem como de (ii) dos processos arbitrais, sendo que em cada um deles as partes (BBE e Desenvix) ocupam posições diversas, ou seja, Requerente em um e Requerida em outro, em trâmite perante o Centro de Arbitragem da Câmara de Comércio Brasil-Canadá. Todavia, caso tenhamos perdas/condenações em função das demandas em questão, nosso acionista controlador (Jackson) se responsabilizará pelos valores envolvidos.

(d) Aquisição de terras

A Companhia, com o objetivo de viabilizar a obtenção junto a ANEEL das autorizações ou outorgas para implantação futura de PCHs, para as quais vem desenvolvendo estudos de inventário e projetos básicos, está adquirindo antecipadamente terras nas proximidades de onde serão construídas as futuras PCHs (área a ser atingida pelo reservatório), sendo esta uma das condições para seleção e hierarquização dos interessados.

9 Imobilizado

	Consolidado			
	2012		2011	
	Custo	Depreciação acumulada	Líquido	Líquido
Usinas e outros				
Máquinas e equipamentos	836.788	(40.944)	795.844	487.189
Reservatório, barragens e adutoras	473.637	(58.636)	415.001	408.535

Desenvix Energias Renováveis S.A.

**Notas explicativas da administração às demonstrações
financeiras consolidadas e individuais
em 31 de dezembro de 2012**
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	Consolidado			
	2012		2011	
	Custo	Depreciação acumulada	Líquido	Líquido
Edificações, obras civis e benfeitorias	41.940	(5.093)	36.847	35.612
Terrenos	20.071	(2.298)	17.773	18.818
Material em depósito e outros	2.975		2.975	823
Terrenos - processos judiciais (i)	2.293		2.293	2.279
Equipamentos de informática e outros	843	(342)	501	359
Móveis e utensílios	639	(176)	463	470
Outros	365	(56)	309	413
Sistemas de conexão				
Máquinas e equipamentos	90.713	(5.831)	84.882	47.082
Edificações, obras civis e benfeitorias	1.354	(57)	1.297	271
Terrenos	424	(2)	422	137
Imobilizados em curso, servidões e outros	55		55	68
Adiantamentos a fornecedores	765		765	90.115
Obras em andamento (ii)	8.090		8.090	165.433
	<u>1.480.952</u>	<u>(113.435)</u>	<u>1.367.517</u>	<u>1.257.604</u>

(i) Terrenos - processos judiciais - está representado pelo montante depositado em juízo decorrente de ações em curso motivadas por problemas de ordem documental e discordância dos valores provenientes da desapropriação das áreas necessárias à implantação das usinas, como aprovadas pela ANEEL (declaração de utilidade pública para fins de desapropriação). Os consultores jurídicos responsáveis pelo acompanhamento das referidas ações indicam como prováveis as chances de êxito nessas questões.

O saldo do ativo Imobilizado da Controladora totaliza R\$ 497 em 31 de dezembro de 2012 (R\$ 462 em 31 de dezembro de 2011). A depreciação reconhecida no resultado do exercício de 2012 foi R\$ 57.

(ii) Composição do saldo de "Obras em andamento":

	Consolidado	
	2012	2011
Engenharia e gerenciamento da obra	7.056	8.322
Obras civis e do reservatório	980	4.208
Engenharia e gerenciamento EPC	54	13.607
Encargos financeiros		16.920
Coordenação e contratação de fornecimento		64.703
Gastos com meio ambiente		5.400
Estudos e projetos		14.483
Canteiro e acampamento		29.440
Outras		8.350
	<u>8.090</u>	<u>165.433</u>

A movimentação do ativo imobilizado pode ser assim demonstrada:

Desenvix Energias Renováveis S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras consolidadas e individuais

em 31 de dezembro de 2012

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

					Consolidado
	Usinas e outros	Sistema de conexão	Adiantamentos a fornecedores	Obras em andamento	Total
Em 31 de dezembro de 2010	568.829	21.584	124.782	92.680	807.875
Adição por aquisição de investimentos	477			319	796
Adições	193.813	19.149	125.442	117.869	456.273
Depreciação	(25.009)	(1.222)			(26.231)
Encargos financeiros capitalizados				19.976	19.976
Transferência entre contas	216.756	8.764	(160.109)	(65.411)	
Baixa	(368)	(717)			(1.085)
Em 31 de dezembro de 2011	954.498	47.558	90.115	165.433	1.257.604
Adições	48.935	8.514	36.117	81.202	174.768
Depreciação	(42.837)	(2.768)			(45.605)
Encargos financeiros capitalizados				10.555	10.555
Transferência de materiais em andamento para estoque	(104)			(117)	(221)
Transferência entre contas	312.458	33.352	(96.622)	(249.188)	-
Aplicação de adiantamentos	(848)		(28.845)		(29.693)
Outros	(96)			205	109
Em 31 de dezembro de 2012	1.272.006	86.656	765	8.090	1.367.517

As taxas anuais de depreciação de bens do imobilizado são:

	Taxa média	Intervalo de taxas
Usinas e outros		
Reservatório, barragens e adutoras	4,08	3,7 a 4,8
Edificações, obras civis e benfeitorias	4,24	3,7 a 4,8
Máquinas e equipamentos	4,29	3,7 a 6,7
Móveis e utensílios	10,00	10,0
Equipamentos de informática e outros	20,00	20,0
Sistemas de conexão		
Edificações, obras civis e benfeitorias	4,24	3,7 a 4,8
Máquinas e equipamentos	4,03	3,7 a 4,8

10 Intangível

A composição dos estudos de viabilidade ambiental, de inventário e projetos básicos e outros, pode ser assim demonstrada:

				Controladora
			2012	2011
	Contratos com condição resolutiva	Outros contratos e demais custos	Total	Total
Estudos de viabilidade e ambiental				
UHE Riacho Seco (ii)	3.350	6.907	10.257	10.257
UHE Torixoréu	2.500		2.500	2.500
UHE Itaipiranga	1.100		1.100	1.100
UHE Baixo Iguaçu				5.000
AHE São Roque (i)				10.334
Estudos de inventário				
Rio Itacaiunas	1.820		1.820	1.820
Projetos básicos e outros				

Desenvix Energias Renováveis S.A.

**Notas explicativas da administração às demonstrações
financeiras consolidadas e individuais
em 31 de dezembro de 2012**
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	Controladora		
	2012	2011	
	Contratos com condição resolutiva	Outros contratos e demais custos	Total
			Total
PCH Bonança (iii)	1.493	9	1.502
Outros		4	4
	<u>10.263</u>	<u>6.920</u>	<u>17.183</u>
			<u>32.516</u>

- (i) Gastos revisados e aprovados pela ANEEL em 2010, conforme Ofício nº 1.049/2010. Em 28 de dezembro de 2011, o Conselho de Administração ratificou a decisão da Diretoria da Companhia em ofertar lance no leilão de energia elétrica A-5 para aquisição dos direitos de exploração da UHE São Roque. Em 24 de janeiro de 2012, por meio de Assembleia de Acionistas, a São Roque Energética S.A. obteve autorização para ser constituída legalmente. Em 26 de janeiro de 2012, a Companhia realizou a transferência do saldo do ativo intangível para contas a receber de partes relacionadas.
- (ii) Gastos revisados e aprovados pela ANEEL em 2010, conforme Ofícios nºs 243 e 453 de 2010.
- (iii) Projeto básico em fase final de aprovação, suportado por licença ambiental prévia e terras adquiridas na região do reservatório.

	Consolidado		
	2012	2011	
	Custo	Amortização acumulada	Líquido
			Líquido
Uso do Bem Público (UBP)	50.990	(6.673)	44.317
Ágio na aquisição de investimento	30.445		30.445
Estudos de viabilidade e ambiental, de inventário e projetos	17.183		17.183
Direito de autorização (Nota 28)	10.511		10.511
Licenças de operação	14.264	(6.980)	7.284
Contratos firmes	5.751	(1.246)	4.505
Outros	2.796	(661)	2.135
	<u>131.940</u>	<u>(15.560)</u>	<u>116.380</u>
			<u>144.953</u>

As taxas anuais de amortização ativo intangível são:

	Taxa média	Intervalo de taxas
Uso do Bem Público (UBP)	3 a 4	3,57
Ágio na aquisição de investimento	0	0
Estudos de viabilidade e ambiental, de inventário e projetos	0	0
Direito de autorização (Nota 28)	20 a 25	25
Licenças de operação	4	25
Contratos firmes	20	20

Desenvix Energias Renováveis S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras consolidadas e individuais em 31 de dezembro de 2012

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

A movimentação do ativo intangível pode ser assim demonstrada:

	<u>Controladora</u>	<u>Consolidado</u>
Em 31 de dezembro de 2010	29.640	100.270
Gastos incorridos no período	7.228	7.228
Gastos apropriados ao resultado (Nota 22)	(4.352)	(4.352)
Outras adições		2.651
Contratos firmes		5.751
Direito de autorização (Nota 28)		6.970
Ágio na aquisição de participação de investimento (Enex)		30.732
Ativo intangível proveniente de aquisição de controlada		190
Amortização da UBP e licenças		(4.487)
Em 31 de dezembro de 2011	32.516	144.953
Gastos incorridos no período	3.793	3.793
Gastos apropriados ao resultado (Nota 22)	(3.793)	(3.793)
Transferência para partes relacionadas ativo (Nota 11)	(15.333)	(15.407)
Gastos com licenças ambientais		7.043
Outros		(15.198)
Amortização ágio sobre contratos firmes		(1.150)
Amortização da UBP e licenças		(3.861)
Em 31 de dezembro de 2012	<u>17.183</u>	<u>116.380</u>

A amortização dos ativos intangíveis está apresentada na rubrica Custo do serviço de energia elétrica, no resultado do exercício (Nota 20).

(a) Contratos com condição resolutiva

Os serviços de elaboração de estudos de inventário, de viabilidade e ambiental, assim como a elaboração dos projetos básicos são, substancialmente, contratados com a parte relacionada Engevix Engenharia S.A. ("Contratada").

Determinados contratos estabelecem que certos serviços, caso não sejam aprovados pela ANEEL, serão reembolsados pela contratada, assim como determinados custos só serão devidos após a realização do leilão de novos empreendimentos de energia elétrica, quando o ganhador (no caso um terceiro) deverá reembolsar a Companhia e, por consequência, a mesma pagar a contratada. Dessa forma, os pagamentos realizados à contratada por conta dos serviços prestados caracterizam-se como adiantamentos concedidos.

(b) Outras informações

Em 31 de dezembro de 2012, a Companhia possui os seguintes créditos já homologados pela ANEEL (não considerados nos estudos anteriormente mencionados) e que ainda não foram faturados contra as entidades vencedoras do leilão de novos empreendimentos de geração de energia elétrica:

- (i) Consórcio Empresarial Pai Querê - Despacho nº 489 de 24 de julho de 2001 - receita a ser faturada por reembolso de custos, no montante de R\$ 4.380 (data-base julho de 2001).
- (ii) Consórcio GESAI - Grupo Empresarial Santa Isabel - Despachos nº 374 de 5 de setembro de 2000 e nº 523 de 31 de julho de 2001 - receita a ser faturada por reembolso de custos decorrentes de: (i) estudo de inventário do Rio Araguaia, no montante de R\$ 673 (data-base setembro de 2000); e (ii) estudo de viabilidade, no montante de R\$ 3.261 (data-base agosto de 2001).

Consoante os referidos despachos a sua eficácia está condicionada à apresentação da licença ambiental prévia e às eventuais alterações provocadas pelas exigências ambientais, na concepção inicial desses estudos. Em decorrência, a recuperação dos referidos gastos somente será registrada contabilmente quando for provável que os benefícios econômicos futuros venham a ser percebidos pela Companhia, fato esse que ocorrerá no momento da obtenção das referidas licenças.

Desenvix Energias Renováveis S.A.

**Notas explicativas da administração às demonstrações
financeiras consolidadas e individuais
em 31 de dezembro de 2012**
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(c) Direito de autorização

O valor alocado como direito de autorização refere-se à diferença entre o valor justo dos ativos e passivos da controlada em conjunto Passos Maia e o custo de aquisição. O valor será amortizado pelo período remanescente da respectiva autorização por ter vida finita, a partir da data do início da operação comercial. O teste de recuperação efetuado no exercício de 2012, pelo valor em uso, foi efetuado de acordo com o CPC 01, não indicando perda de valor a ser reconhecida.

(d) Uso do Bem Público (UBP)

Como mencionado na Nota 15, o saldo está representado pela obrigação a pagar decorrente do contrato de concessão firmado com a ANEEL para exploração do potencial hidrelétrico da UHE Alzir dos Santos

Antunes (Monel Monjolinho Energética S.A.), ajustado a valor presente. A atualização monetária do referido montante foi contabilizada no ativo intangível até a data de início da operação comercial da usina, sendo posteriormente apropriada ao resultado na rubrica "Despesas financeiras". A amortização é calculada pelo método linear, a partir do início da operação comercial da usina (setembro de 2009), pelo prazo remanescente do contrato de concessão, cujo vencimento é 22 de abril de 2037.

(e) Teste do ágio para verificação de impairment

Por possuir ativo intangível de vida útil indefinida (ágio) reconhecido na compra da controlada Enex O&M, cujo valor contábil está apresentado no ativo Intangível, como "Ágio na aquisição de investimento", a Companhia efetuou teste de valor recuperável do ágio. Como resultado do teste realizado, não foram identificados desvios do valor contábil por expectativa de rentabilidade futura, permanecendo os valores reconhecidos e suas respectivas amortizações.

Em conformidade com o item 134 do CPC1 (a) o valor contábil do ágio por expectativa de rentabilidade futura (goodwill) alocado à ENEX O&M é de R\$ 35.000, (b) o valor contábil dos ativos intangíveis com vida útil indefinida alocado à ENEX O&M é de R\$ 7.150, (c) para efeitos da análise de recuperabilidade do ágio, a Administração calculou os fluxos de caixa operacionais da ENEX O&M e os descontou pela taxa de custo de capital próprio de 13% a.a.. Posteriormente comparou este valor com o valor contábil da unidade gerado de caixa no qual a ENEX O&M está inserida.

Desenvix Energias Renováveis S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras consolidadas e individuais

em 31 de dezembro de 2012

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

11 Partes relacionadas

(a) Saldos do fim do exercício, decorrentes das vendas e/ou compras de produtos ou serviços

	Controladora		Consolidado	
	2012	2011	2012	2011
Ativo circulante				
Contas a receber (i)				
Enercasa Energia Caiuá S.A.	34	80		
Energen Energias Renováveis S.A.	473			
Esmeralda S.A.	257	460		
Macaúbas Energética S.A.	55	60		
Moinho S.A.	241	160		
Monel Monjolinho Energética S.A.	73	920		
Novo Horizonte Energética S.A.	52	60		
Passos Maia Energética S.A.	34	60	17	30
Santa Laura S.A.	31	230		
Santa Rosa S.A.	32	460		
Seabra Energética S.A.	52	60		
	1.334	2.550	17	30
Dividendos a receber				
Energen S.A.	890			
Esmeralda S.A.	5.963	772		
Goiás Transmissão S.A.	509		509	
MGE Transmissão S.A.	268		268	
Moinho S.A.	174	147		
Monel Monjolinho Energética S.A.	1.006	943		
Passos Maia Energética S.A.	377			
Santa Laura S.A.	4.318	1.015		
Santa Rosa S.A.	1.408			
	14.913	2.877	777	
Ativo não circulante - realizável a longo prazo				
Água Quente Ltda.	884		884	915
Bom Retiro S.A.	457	133	457	134
Enercasa - Energia Caiuá S.A.	27	45.504		
Energen Energias Renováveis S.A. (ii)	81.219			
Engenix Engenharia S.A. (iii)	3.087		3.087	
Esmeralda S.A.	3			
FUNCEF (iv)	5.367	4.275	5.367	4.275
Jackson Empreendimentos Ltda. (iv)	18.099	14.529	18.099	14.529
JP Participações Ltda.	775	525	775	525
Macaúbas Energética S.A. (v)	2.802	13		
Moinho S.A.	648	12.785		
UHE Cubatão S.A.	104	7	104	7
Usina Pau D'Alho S.A. (vi)	14.652	13.295	14.652	13.295
	128.124	91.066	43.425	33.680
Total do ativo	144.371	96.493	44.219	33.710

Desenvix Energias Renováveis S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras consolidadas e individuais

em 31 de dezembro de 2012

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	Controladora		Consolidado	
	2012	2011	2012	2011
Passivo circulante				
Fornecedores				
Engevix Engenharia S.A. (vii)			4.070	6.505
Partes relacionadas				
CEL Engenharia de Manutenção	1.025		1.024	
Enercasa – Energia Cauá S.A (viii)	12.100			
Energen Energias Renováveis S.A. (viii)		1.131		
Engevix Engenharia S.A. (ix)	6.106	1.002	9.733	4.713
Goiás Transmissão S.A (x)	8.690		8.690	
Jackson Empreendimentos Ltda. (ix)	2.627		2.627	
MGE Transmissão S.A (x)	7.680		7.680	
Monel Monjolinho Energética S.A. (viii)	5.818	16.833		
Novo Horizonte Energética S.A (viii)	3.034			
Santa Laura S.A. (viii)	48	162		
Santa Rita Comércio e Instalações Ltda.	324		324	
Santa Rosa S.A. (viii)	3.089	920		
Seabra Energética S.A.Seabra (viii)	100			
SN Power (xi)		118.346		118.346
	50.641	138.394	30.078	123.059
Total do passivo	50.641	138.394	34.148	129.564

- (i) Referem-se às faturas em aberto pelo serviço de gerenciamento prestado pela Controladora às subsidiárias.
- (ii) Contrato de mútuo entre a Controladora e a subsidiária, sem incidência de encargos financeiros, cujo objetivo foi à implantação do Parque Eólico Barra dos Coqueiros. O vencimento do contrato está previsto para o início do mês de janeiro de 2013, conforme Nota 33 d.
- (iii) Valor referente ao ressarcimento pelo desenvolvimento do projeto de Baixo Iguaçu, sem incidência de encargos financeiros. A liquidação do saldo está previsto para o primeiro semestre de 2013.
- (iv) Valor devido pelos Controladores referente ao contrato de mútuo, sem vencimento e sem incidência de encargos financeiros, além dos valores pelo reembolso dos custos com a venda de participação acionária ocorrida no dia 08 de março de 2012.
- (v) Contrato de mútuo entre a Controladora e a subsidiária, sem incidência de encargos financeiros, cujo objetivo foi à implantação do Parque Eólico de Macaúbas. O vencimento do contrato está previsto para o primeiro semestre de 2013.
- (vi) Contrato de compromisso de Mútuo entre a Controladora e a Usina Pau D'Alho S.A, corrigido com base na variação positiva da taxa DI anualizada, acrescida de 3% ao ano, capitalizada anualmente, a partir de cada depósito ou pagamento.
- (vii) Saldo em aberto dos serviços de empreitada integral para construção dos nossos empreendimentos de geração de energia elétrica. O vencimento será durante o ano de 2013.
- (viii) Contrato entre a subsidiária e a Controladora, sem incidência de encargos financeiros. O vencimento do contrato está previsto para o primeiro semestre de 2013.
- (ix) Composto principalmente pelo saldo em aberto da cobrança de garantias e avais corporativos, referente ao ano de 2012, dos contratos de financiamentos da Controladora e suas subsidiárias.
- (x) Saldo de aporte de capital a integralizar, previsto para ocorrer no primeiro trimestre de 2013.

Desenvix Energias Renováveis S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras consolidadas e individuais em 31 de dezembro de 2012 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(xi) Empréstimo em moeda nacional sujeito a encargos equivalentes a variação do CDI e acréscimo de margem, liquidado em 8 de março de 2012 quando do fechamento da operação de venda de participação (Nota 1 b).

(b) Vendas de produtos e serviços

	Controladora		Consolidado	
	2012	2011	2012	2011
Resultado do exercício				
Receitas de prestação de serviços				
Enercasa Energia Caiuá S.A.	393	680		600
Energen Energias Renováveis S.A.	923			
Esmeralda S.A.	266	480		
Macaúbas Energética S.A.	544	720		720
Moinho S.A.	355	640		480
Monel Monjolinho Energética S.A.	731	960		
Novo Horizonte Energética S.A.	535	720		720
Passos Maia Energética S.A.	766	720	383	360
Santa Laura S.A.	276	240		
Santa Rosa S.A.	351	480		
Seabra Energética S.A.	546	720		720
	5.686	6.360	383	3.600

A receita faturada (montante integral) pela empresa controlada Enex O&M de Sistemas Elétricos Ltda., considerada como custo dos serviços de energia elétrica, para as PCHs e UHEs, totalizou R\$ 9.989 em 2012 (R\$ 5.683 em 2011). O montante faturado pela Engevix Engenharia S.A. contra a Companhia e suas controladas totalizou R\$ 21.634 em 2012 (R\$ 1.641 em 2011), representado, substancialmente, por custo de construção da usina.

A Companhia mantém contratos de prestação de serviços de gerenciamento das atividades operacionais com a Santa Laura, Santa Rosa, Esmeralda, Monel, Moinho, Passos Maia, Macaúbas, Seabra, Novo Horizonte e Enercasa, sendo os preços determinados considerando os custos internos.

A Esmeralda, Santa Laura, Santa Rosa, Monel, Moinho, Passos Maia e Enercasa possuem contratos firmados com a Enex O&M de Sistemas Elétricos Ltda. referente aos serviços de operação e manutenção para operação das usinas.

A sociedade ligada Engevix Engenharia S.A. ("Engevix"), controlada pela Jackson, foi contratada para implantar as Pequenas Centrais Hidrelétricas, Usina Hidrelétrica, Parque Eólico e Usinas em construção descritas na Nota 1(a), em regime de contrato de empreitada integral, incluindo o projeto básico, projeto executivo, obras civis, aquisição, montagem e comissionamento dos equipamentos eletromecânicos.

(c) Remuneração do pessoal-chave da administração

A remuneração do pessoal-chave da administração, que inclui os acionistas, diretores e gerentes totalizou R\$ 4.639 em 2012 (R\$ 4.396 em 2011).

Desenvix Energias Renováveis S.A.

**Notas explicativas da administração às demonstrações
financeiras consolidadas e individuais
em 31 de dezembro de 2012**
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

12 Fornecedores

	Controladora		Consolidado	
	2012	2011	2012	2011
Terceiros	3.077	5.167	107.663	134.375
Partes relacionadas			4.070	6.505
	<u>3.077</u>	<u>5.167</u>	<u>111.733</u>	<u>140.880</u>
Passivo circulante	<u>(3.077)</u>	<u>(5.167)</u>	<u>(111.733)</u>	<u>(140.880)</u>

13 Financiamentos

	Controladora		Consolidado	
	2012	2011	2012	2011
Financiamento de obras - BNDES (i)			456.077	424.466
Financiamento de obras - BNB (ii)			272.480	271.422
Financiamento de obras – CDB (iii)	-	-	102.049	-
Debêntures (iv)	98.910	-	98.910	-
Financiamento de capital de giro (v)	10.000	10.000	10.000	10.000
Financiadora de Estudos e Projetos (FINEP) (vi)	8.694	17.406	8.732	17.443
Cédula de Crédito Bancário (vii)		31.033		31.033
Outros	<u>1</u>	<u>65</u>	<u>586</u>	<u>1.311</u>
	<u>117.605</u>	<u>58.504</u>	<u>948.834</u>	<u>755.675</u>
Passivo circulante	<u>(18.695)</u>	<u>(49.665)</u>	<u>(74.052)</u>	<u>(81.519)</u>
Passivo não circulante	<u>98.910</u>	<u>8.839</u>	<u>874.782</u>	<u>674.156</u>

A movimentação dos financiamentos pode ser assim demonstrada:

	Controladora	Consolidado
Em 31 de dezembro de 2010	36.076	399.012
Captações	211.052	561.916
Pagamentos	(208.539)	(270.793)
Encargos financeiros		
Apropriados ao resultado	10.238	44.899
Capitalizados no imobilizado de controladas	9.677	19.976
Saldo proveniente de aquisição societária (Enex)		<u>665</u>
Em 31 de dezembro de 2011	58.504	755.675
Captações	215.130	376.353
Pagamentos	(164.765)	(249.389)
Encargos financeiros		
Apropriados ao resultado	8.736	55.640
Capitalizados no imobilizado de controladas	-	<u>10.555</u>
Em 31 de dezembro de 2012	<u>117.605</u>	<u>948.834</u>

Desenvix Energias Renováveis S.A.

**Notas explicativas da administração às demonstrações
financeiras consolidadas e individuais
em 31 de dezembro de 2012**
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Os valores contábeis e o valor justo dos empréstimos e financiamentos, circulante e não circulante, são os seguintes:

	Consolidado			
	Valor contábil		Valor justo	
	2012	2011	2012	2011
Financiamento de obras - BNDES (i)	456.077	424.466	390.340	375.672
Financiamento de obras - BNB (ii)	272.480	271.422	252.552	244.370
Financiamento de obras - CDB (iii)	102.049	-	134.373	-
Debêntures (iv)	98.910	-	103.976	-
Financiamento de capital de giro (v)	10.000	10.000	6.724	7.379
Financiadora de Estudos e Projetos (FINEP) (vi)	8.732	17.443	8.842	17.185
Cédula de Crédito Bancário (vii)	-	31.033	-	31.048
Outros	586	1.311	586	1.311
	<u>948.834</u>	<u>755.675</u>	<u>897.393</u>	<u>676.965</u>

Os empréstimos e financiamentos da Companhia e de suas empresas controladas têm basicamente as seguintes características:

(i) Financiamentos para construção das usinas - BNDES

Empresas	Encargos financeiros - % a.a.	Consolidado	
		2012	2011
Monel Monjolinho Energética S.A.	TJLP + 2,1	169.402	182.097
Santa Rosa S.A.	TJLP + 3,8	74.385	81.981
Enercasa - Energia Caiuá S.A.	TJLP + 2,5	53.856	-
Moinho S.A.	TJLP + 2,0	51.072	49.552
Passos Maia Energética S.A.	TJLP + 1,9	46.619	41.094
Esmeralda S.A.	TJLP + 3,5	32.006	37.152
Santa Laura S.A.	TJLP + 3,5	28.737	32.590
		<u>456.077</u>	<u>424.466</u>

Os financiamentos são amortizados em parcelas mensais e sucessivas, como a seguir indicadas:

	Quantidade de parcelas	Mês de vencimento	Ano	
			Primeira parcela	Última parcela
Monel Monjolinho Energética S.A.	192	Outubro	2010	2026
Santa Rosa S.A.	168	Fevereiro	2009	2023
Enercasa - Energia Caiuá S.A.	158	Junho	2012	2025
Moinho S.A.	192	Agosto	2012	2028
Passos Maia Energética S.A.	160	Outubro	2012	2026
Esmeralda S.A.	144	Abril	2007	2019
Santa Laura S.A.	144	Julho	2008	2020

Desenvix Energias Renováveis S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras consolidadas e individuais em 31 de dezembro de 2012

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Os contratos de financiamentos estabelecem que as empresas deverão manter e atender os seguintes índices financeiros: (i) Índice de Cobertura do Serviço da Dívida (ICSD), sendo o mesmo calculado dividindo-se o valor do fluxo de caixa líquido das operações pelo valor do serviço da dívida, de acordo com parâmetros preestabelecidos; e (ii) Índice da Relação Mínima do Patrimônio Líquido e Ativo Total (PLxAT), como a seguir indicados:

	<u>ICSD</u>	<u>PLxAT</u>
Esmeralda S.A.	1,3	NR
Santa Laura S.A.	1,3	0,3
Santa Rosa S.A.	1,2	0,3
Enercasa – Energia Caiuá S.A.	1,3	0,3
Monel Monjolinho Energética S.A.	1,3	25%
Passos Maia Energética S.A.	1,2	25%
Moinho S.A.	1,2	25%

Os contratos de financiamentos possuem cláusulas que requerem que as empresas mantenham durante o período de amortização do contrato, entre outras obrigações: (i) seguro do projeto em termos satisfatórios para o BNDES ou o Agente Financeiro, consignando cláusula especial em seu favor estabelecendo que a apólice não poderá ser cancelada ou sofrer alterações sem sua prévia e expressa anuência, sendo o credor de eventual indenização devida; (ii) manter em situação regular suas obrigações junto aos órgãos do meio ambiente, adotando medidas e ações destinadas a evitar e corrigir danos ao meio ambiente decorrentes do projeto; e (iii) firmar os contratos de cessão e vinculação da receita, administração de contas e outras avenças, o qual regula a cessão e vinculação (penhor dos direitos creditórios decorrentes dos contratos de compra e venda de energia), assim como o funcionamento das contas "Reserva (Nota 7)" e "Movimento (centralizadora)".

Adicionalmente, as referidas cláusulas estabelecem que as empresas: (i) não poderão distribuir dividendos ou pagar juros sobre o capital próprio cujo valor, isolada ou conjuntamente, exceda o valor do dividendo mínimo obrigatório, sem a prévia autorização do BNDES ou do Agente Financeiro; (ii) não poderão constituir, sem prévia autorização do BNDES ou do Agente Financeiro, qualquer gravame sobre os direitos creditórios dados em garantia; (iii) não poderão ceder nem vincular em favor de outro credor, sem prévia anuência do BNDES ou do Agente Financeiro, a receita cedida e vinculada; e (iv) não emitir debêntures ou partes beneficiárias, nem assumir novas dívidas, sem a prévia autorização do BNDES ou do Agente Financeiro.

Em garantia dos contratos firmados foram oferecidas: (i) penhor das ações das sociedades detidas por todos os acionistas; (ii) penhor do direito de gerar energia elétrica, assim como de todos os demais direitos corpóreos ou incorpóreos, potenciais ou não, que possam ser objeto de penhor de acordo com as normas legais e regulamentares aplicáveis; (iii) penhor dos direitos creditórios decorrentes dos contratos de compra e venda de energia elétrica firmados com a Eletrobras ou com terceiros; (iv) fiança prestada pela Engevix Engenharia S.A. (aplicável para a Esmeralda S.A. e Santa Rosa S.A.); (v) constituição da conta reserva (aplicação financeira restrita (Nota 7)); (vi) contratação de carta de fiança bancária, no montante de R\$ 126.000, com vigência até 2027 (aplicável a Monel Monjolinho Energética S.A.) a qual foi retirada ainda no primeiro semestre de 2012, uma vez que o seu ICD exigido foi atingido em 31 de dezembro de 2011; (vii) contratação de carta de fiança bancária, ficando dispensada desde que a Santa Laura S.A. apresente ICSD de 1,3, como mencionado anteriormente, a qual foi retirada ainda no primeiro semestre de 2012, uma vez que o seu ICD exigido foi atingido em 31 de dezembro de 2011; e (viii) penhor dos contratos do projeto, especificamente EPC e O&M ou qualquer outro que outorgue direitos creditórios ao Projeto, que venha a ser firmado entre a Monel Monjolinho Energética S.A. e terceiros até a quitação integral das obrigações decorrentes do contrato de financiamento firmado.

Em atendimento aos requerimentos do BNDES ou do Agente Financeiro foram firmados com o Unibanco S.A. (aplicável a Esmeralda S.A. e Santa Laura S.A.), com o Bradesco S.A. (aplicável a Santa Rosa S.A.), com o Banco do Brasil S.A. (aplicável a Monel Monjolinho Energética S.A. e Passos

Desenvix Energias Renováveis S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras consolidadas e individuais em 31 de dezembro de 2012 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Maia Energética S.A.) e com o Banco Santander S.A. (aplicável a Moinho S.A.), os contratos de cessão e vinculação de receita, administração de contas e outras avenças, como mencionados anteriormente.

Todas as condições restritivas aos contratos de financiamentos (*covenants*) vêm sendo atendidas.

(ii) Financiamentos para construção das usinas - BNB

Empresas	Encargos financeiros - %	Consolidado
	a.a.	2012
Macaúbas Energética S.A.	9,5	100.391
Novo Horizonte Energética S.A.	9,5	86.050
Seabra Energética S.A.	9,5	86.039
		272.480

Os financiamentos são amortizados em parcelas mensais e sucessivas, como a seguir indicadas:

	Quantidade de parcelas	Mês de vencimento	Ano	
			Primeira parcela	Última parcela
Macaúbas Energética S.A.	180	Julho	2013	2028
Novo Horizonte Energética S.A.	180	Julho	2013	2028
Seabra Energética S.A.	180	Julho	2013	2028

Os contratos de financiamentos possuem cláusulas que requerem que as empresas mantenham durante o período de amortização do contrato, entre outras obrigações: (i) seguro do projeto em termos satisfatórios para o BNB ou o Agente Financeiro, consignando cláusula especial em seu favor estabelecendo que a apólice não poderá ser cancelada ou sofrer alterações sem sua prévia e expressa anuência, sendo o credor de eventual indenização devida; (ii) manter em situação regular suas obrigações junto aos órgãos do meio ambiente, adotando medidas e ações destinadas a evitar e corrigir danos ao meio ambiente decorrentes do projeto; e (iii) firmar os contratos de cessão e vinculação da receita, administração de contas e outras avenças, o qual regula a cessão e vinculação (penhor dos direitos creditórios decorrentes dos contratos de compra e venda de energia), assim como o funcionamento das contas "Reserva" e "Movimento (centralizadora)".

Em garantia dos contratos firmados foram oferecidas: (i) penhor das ações das sociedades detidas por todos os acionistas; (ii) penhor do direito de gerar energia elétrica, assim como de todos os demais direitos corpóreos ou incorpóreos, potenciais ou não, que possam ser objeto de penhor de acordo com as normas legais e regulamentares aplicáveis; (iii) penhor dos direitos creditórios decorrentes dos contratos de compra e venda de energia elétrica firmados com a Eletrobras ou com terceiros; (iv) constituição da conta reserva (aplicação financeira restrita (Nota 7);

(v) contratação de seguro garantia de conclusão de obra, na modalidade *Completion Bond*, com validade até seis meses após a entrada em operação comercial do empreendimento; (vi) contratação de fiança bancária, representando 50% do valor do saldo devedor do financiamento, com vigência mínima de dois anos, renovável sucessivamente e mantida por, pelo menos, 12 meses após o início do fluxo de recebíveis transitando pela conta centralizadora dos contratos de venda de energia.

Em atendimento aos requerimentos do BNB foram firmados com o próprio BNB os contratos de cessão e vinculação de receita, administração de contas e outras avenças, como mencionados anteriormente.

Desenvix Energias Renováveis S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras consolidadas e individuais

em 31 de dezembro de 2012

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

O contrato prevê Bônus de Adimplência Sobre Encargos de 25% sobre os encargos incidentes, desde que as prestações de juros ou de principal e juros sejam pagos até as datas dos respectivos vencimentos estipulados no contrato de financiamento. Uma vez respeitadas as condicionantes de pagamento, os encargos financeiros passarão de 9,5% a.a. para 7,125% a.a., cuja diferença será contabilizada como desconto financeiro.

(iii) Financiamento de obras – China Development Bank (CDB)

A Energen celebrou contrato de financiamento no valor de US\$ 56.000 mil (R\$102.049) junto ao CDB, destinado à implantação da Central Geradora Eólica denominada EOL Barra dos Coqueiros. Os débitos do financiamento serão pagos em 29 parcelas semestrais e consecutivas, com juros equivalentes à LIBOR (US\$ - 6 meses) acrescidos de 5,10% ao ano.

Juntamente com este contrato de financiamento serão também celebrados contratos de garantias envolvendo: (i) alienação fiduciária de ações da Energen detidas pela Desenvix e pela Água Quente; (ii) cessão fiduciária de direitos creditórios; (iii) alienação fiduciária de ativos e equipamentos; e (iv) cessão condicional de contratos em garantia.

(iv) Debêntures

A Companhia emitiu 100 mil debêntures com valor nominal de R\$ 100 mil cada em 12 de dezembro de 2012. As debêntures são remuneradas pela variação acumulada de 100% das taxas diárias dos Depósitos Interfinanceiros (DI) acrescidas de um spread de 2,80% de juros ao ano. Os encargos financeiros serão pagos semestralmente em 8 parcelas, vencendo a primeira em 12 de junho de 2013 e a última no dia do vencimento das debêntures. O principal será amortizado semestralmente em 5 parcelas semestrais consecutivas, vencendo a primeira em 12 de dezembro de 2014 e a última no dia do vencimento das debêntures. O vencimento das debêntures será em 12 de dezembro de 2016.

(v) Financiamentos de capital de giro

Financiamento contratado junto ao Banco do Brasil S.A., sujeito a encargos financeiros mensais correspondentes a 100% da variação do CDI, acrescida de 2,80% de juros ao ano. Os encargos financeiros serão pagos em 12 parcelas mensais, vencendo a primeira em 17 de setembro de 2011 e a última em 8 de agosto de 2013 e o principal em parcela única com vencimento em conjunto com a última parcela dos encargos financeiros. Em garantia foi oferecido aval da Engevix Engenharia S.A. no montante total da dívida.

(vi) Financiamento de Estudos e Projetos (FINEP)

Obtido para custear, parcialmente, despesas incorridas na elaboração do projeto denominado "Projetos Básicos, Estudos de Inventário e de Viabilidade Ambiental para Pequenas Centrais Hidrelétricas", sujeito a encargos financeiros correspondentes a juros compostos de 5% ao ano, acima da Taxa de Juros de Longo Prazo (TJLP), para pagamento em 49 parcelas mensais e sucessivas, vencendo a primeira em dezembro de 2009 e a última em 2013. Os encargos financeiros serão pagos mensalmente no período de carência (data entre a contratação do financiamento e a data de início de amortização da dívida); posteriormente, serão pagos em conjunto com as parcelas de amortização do financiamento. Em garantia foram oferecidas cartas de fiança bancária.

(vii) Cédula de Crédito Bancário

Contratada juntos aos Bancos Santander S.A., na modalidade de mútuo, sujeita a encargos financeiros correspondentes a 100% da taxa média diária dos Depósitos Interfinanceiros (DI), acrescida de juros de 4,5% ao ano, para pagamento efetuado em parcela única em março de 2012.

Desenvix Energias Renováveis S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras consolidadas e individuais

em 31 de dezembro de 2012

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

14 Concessões a pagar

O saldo está representado pela obrigação a pagar decorrente do contrato de concessão firmado com a ANEEL para exploração do potencial hidrelétrico da UHE Alzir dos Santos Antunes (Monel Monjolinho Energética S.A.), ajustado a valor presente, considerando a taxa de juros de 9,50%. A correspondente obrigação será paga em parcelas mensais, atualizadas anualmente com base na variação do IGP-M, calculado pela Fundação Getúlio Vargas (ou outro índice que vier a substituí-lo), nos meses de outubro. A primeira parcela teve seu vencimento em setembro de 2009, data de início da operação comercial da usina, e a última terá seu vencimento em abril de 2037.

A UHE Alzir dos Santos Antunes (Monel Monjolinho Energética S.A.) foi arrematada no leilão promovido pela ANEEL em novembro de 2001, sendo o correspondente contrato de concessão firmado em abril de 2002 e tendo a empresa entrado em operação em setembro de 2009. O contrato de concessão firmado estabelece, dentre outros, o seguinte: (a) pelo uso do bem público a empresa pagará à União, da data de início da operação comercial da primeira unidade hidrogeradora até o final da concessão, parcelas mensais equivalentes a 1/12 (um doze avos) do pagamento anual proposto de R\$ 2.400 (R\$ 72.000 pelo prazo da concessão após o início das operações), atualizado monetariamente pela variação do Índice Geral de Preços - Mercado (IGP-M) da Fundação Getúlio Vargas, tendo como base o índice relativo ao mês anterior à data do leilão. Ao final do prazo de concessão, não havendo prorrogação, os bens e instalações vinculados ao aproveitamento hidrelétrico passarão a integrar o patrimônio da União, mediante indenização dos investimentos realizados, desde que previamente autorizados e ainda não amortizados, apurada por auditoria da ANEEL.

15 Impostos e contribuições

	Controladora		Consolidado	
	2012	2011	2012	2011
IOF a recolher	8.067	5.143	8.067	5.143
Tributos retidos na fonte (ISSQN, IRRF, INSS,CSLL e outros)	2.430	2.517	3.724	4.057
COFINS a pagar	441	292	1.729	1.776
Taxas e contribuições ANEEL			899	663
PIS a pagar	95	63	374	386
ISSQN a pagar		40	74	235
ICMS a pagar			19	350
	<u>11.033</u>	<u>8.055</u>	<u>14.886</u>	<u>12.610</u>

16 Outros passivos (consolidado)

Estão representados por provisões constituídas para atender projetos sociais, meio ambiente, compensação ambiental e acabamento das usinas, assim como custos incorridos na contratação de cartas de fiança bancária e também arrendamento de terras a pagar de longo prazo onde a Companhia é o arrendador.

Desenvix Energias Renováveis S.A.

**Notas explicativas da administração às demonstrações
financeiras consolidadas e individuais
em 31 de dezembro de 2012**
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

17 Patrimônio líquido

(a) Capital social

O capital social subscrito e integralizado, em 31 de dezembro de 2012, está representado por 107.439.555 de ações ordinárias nominativas, sem valor nominal.

(b) Dividendos

O lucro líquido de cada exercício social, após as compensações e deduções previstas em lei e consoante previsão estatutária, terá a seguinte destinação:

- 5% para a reserva legal, até atingir 20% do capital social integralizado.
- 25% do saldo, após a apropriação da reserva legal, serão destinados para pagamento de dividendo mínimo obrigatório a todos os acionistas.

18 Provisão para contrato de energia

	Consolidado	
	2012	2011
Conta a pagar por energia não entregue (i)	22.040	
Penalidade por inadimplência perante CCVE (ii)	11.018	
Passivo circulante	33.058-	-

(i) Conta a pagar por energia não entregue

Em atendimento ao item 1 e 2 da Clausula 7ª, referente ao pagamento da receita fixa, do Contrato de Energia de Reserva CER nº 23/08, firmado entre Enercasa Energia Caiuá S/A e a Câmara de Comercialização de Energia Elétrica em 29 de junho de 2009, foram efetuados os pagamentos pela energia independente da entrega da mesma. Conservadoramente a Administração diferiu o reconhecimento da receita com fornecimento de energia elétrica.

A reclassificação é factível de reversão conforme mencionado na Nota 1c.

(ii) Penalidade por inadimplência perante CCVE

Em atendimento às condições previstas no item 14.1, referente à penalidade pela não entrega de energia, do Contrato de Energia de Reserva CER nº 23/08, firmado entre Enercasa Energia Caiuá S/A e a Câmara de Comercialização de Energia Elétrica em 29 de junho de 2009, foi realizada provisão para penalidade por inadimplência à obrigação de entrega de energia.

A provisão é factível de reversão conforme mencionado na Nota 1c.

Desenvix Energias Renováveis S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras consolidadas e individuais em 31 de dezembro de 2012

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

19 Receita operacional líquida

	Controladora		Consolidado	
	2012	2011	2012	2011
Fornecimento de energia elétrica			186.411	139.053
Serviços prestados	5.686	6.360	25.922	15.415
Impostos sobre prestação de serviços			(3.304)	(8.992)
Impostos sobre fornecimento de energia elétrica	(435)	(373)	(10.802)	(2.073)
Receita operacional líquida	<u>5.251</u>	<u>5.987</u>	<u>198.227</u>	<u>143.403</u>

20 Custos e despesas por natureza

	Controladora		Consolidado	
	2012	2011	2012	2011
Depreciação e amortização	(57)	(44)	(50.616)	(30.335)
Despesas com pessoal	(4.023)	(5.288)	(25.997)	(16.764)
Serviços de terceiros	(5.119)	(5.921)	(15.106)	(9.320)
Penalidade por inadimplência perante CCVE			(11.018)	
Remuneração dos administradores	(4.639)	(4.396)	(4.639)	(4.396)
Viagens e estadias	(1.067)	(1.297)	(2.730)	(2.317)
Aluguel	(718)	(630)	(2.923)	(1.725)
Impostos e taxas	(124)	(248)	(427)	(693)
Encargos setoriais			(10.613)	(7.298)
Propaganda e publicidade	(1.211)	(893)	(1.962)	(1.035)
Seguros fianças e comissões			(2.112)	(2.169)
Compras de energia			(7.490)	(24.595)
Bônus aos colaboradores e administradores	(800)		(800)	
Outros	(550)	(307)	(3.001)	(1.399)
Custos e despesas gerais e administrativas	<u>(18.308)</u>	<u>(19.024)</u>	<u>(139.434)</u>	<u>(102.046)</u>

Desenvix Energias Renováveis S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações
financeiras consolidadas e individuais
em 31 de dezembro de 2012
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

21 Resultado financeiro

	Controladora		Consolidado	
	2012	2011	2012	2011
Despesas financeiras				
Com financiamentos	(8.736)	(10.238)	(55.640)	(44.899)
Cartas de fiança bancária	(15.240)	(2.794)	(18.642)	(2.794)
IOF e multa e juros sobre tributos	(5.716)	(3.483)	(5.793)	(3.564)
Variações monetárias passivas	(314)	(192)	(490)	(192)
Concessões a pagar e outras despesas	(309)	(207)	(12.241)	(3.280)
	(30.315)	(16.914)	(92.806)	(54.729)
Receitas financeiras				
Com aplicações financeiras	972	1.868	3.797	5.053
Variações monetárias ativas	3.792		3.795	2
Juros e outras		2.028		2.028
	4.764	3.896	7.592	7.083
	(25.551)	(13.018)	(85.214)	(47.646)

22 Despesas com estudos em desenvolvimento

Os gastos incorridos na elaboração dos estudos de inventário de bacias, de viabilidade e ambientais do aproveitamento hidrelétrico, eólicos e outros, podem ser assim demonstrados:

	2012	2011
BBE - Bioenergia	(269)	(447)
Eólica Barra dos Coqueiros		(149)
Eólica Canarana	(64)	(110)
Eólica Cassino		(112)
Eólica Diamantina	(35)	(171)
PCH Aerado, Bom Retiro, Barracão e Sossego	(17)	(103)
PCH Bandeira	(30)	(114)
PCH Bonança/Quebrada	(14)	(161)
PCH Bonito A	(7)	(178)
PCH Bonito B	(28)	(219)
PCH Cascudo	(6)	(176)
PCH Cobre	(29)	(194)
PCH Ervalzinho Baixo	(5)	(166)
PCH Pinhalito	(26)	(257)
PCH Rio do Forno	(6)	(233)
PCH Sakura	(144)	(227)
PCH Salto Grande	(4)	(196)
PCH São Manoel	(31)	(181)
Rio Piquiri	(11)	(105)
Rio Taquari Antas	(888)	
UHE Apertados	(51)	(198)
UHE Comissário	(1.035)	
UHE Ercilândia	(50)	(171)
UHE Foz do Piquiri	(973)	
UHE São Roque	(3)	(174)
Outros	(67)	(310)
	(3.793)	(4.352)

Desenvix Energias Renováveis S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras consolidadas e individuais em 31 de dezembro de 2012

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

23 Imposto de renda e contribuição social

(a) Do exercício

A Companhia, assim como as empresas controladas Enx O&M de Sistemas Elétricos Ltda. e Monel Monjolinho Energética S.A. optaram pela apuração do resultado tributável observando a sistemática do lucro real. As demais empresas controladas, optaram pelo regime de lucro presumido para apuração do IRPJ e da CSLL incidentes sobre o resultado tributável.

O encargo de IRPJ e CSLL nos períodos findos em 31 de dezembro podem ser assim demonstrados:

	Controladora	
	2012	2011
Imposto de renda e contribuição social		
Diferido	1.569	1.772
	<u>1.569</u>	<u>1.772</u>
	Consolidado	
	2012	2011
Imposto de renda e contribuição social		
Corrente	(10.406)	(7.394)
Diferido	5.123	3.823
	<u>(5.283)</u>	<u>(3.571)</u>

O encargo corrente de IRPJ e da CSLL, por regime de apuração, nos períodos findos em 31 de dezembro, pode ser assim demonstrado:

	Consolidado	
	2012	2011
Regime de apuração		
Lucro real		
Imposto de renda	(4.477)	(3.284)
Contribuição social	(1.629)	(1.222)
	<u>(6.106)</u>	<u>(4.506)</u>
Lucro presumido		
Imposto de renda	(2.788)	(1.875)
Contribuição social	(1.512)	(1.013)
	<u>(4.299)</u>	<u>(2.888)</u>
Total do encargo no exercício	<u>(10.406)</u>	<u>(7.394)</u>

Desenvix Energias Renováveis S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras consolidadas e individuais em 31 de dezembro de 2012

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Como mencionado anteriormente a Companhia optou pela apuração do resultado tributável observando a sistemática de lucro real, tendo apurado nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 e de 2011 prejuízos fiscais nos montantes de R\$ 49.939 e R\$ 31.315, respectivamente.

O imposto de renda e a contribuição social sobre o lucro líquido são calculados pelas alíquotas regulares de 15% para o imposto de renda, acrescido do adicional de 10% sobre a parcela que exceder a R\$ 240 no ano (no lucro presumido R\$ 60 por trimestre, uma vez que sua apuração é trimestral) e de 9% para a contribuição social.

(b) Reconciliação da despesa de imposto de renda e da contribuição social corrente

	Consolidado	
	2012	2011
(Prejuízo) Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	(26.338)	6.019
Prejuízo antes do imposto de renda e da contribuição social e das participações societárias na controladora e controladas, as quais apresentaram prejuízo fiscal no exercício	67.105	32.310
Lucro não realizado em operações realizadas entre a controladora e as controladas, sem constituição dos tributos diferidos	268	223
Resultado de participações societárias	(3.802)	(19.402)
	<u>37.233</u>	<u>19.150</u>
Alíquota nominal combinada do imposto de renda e da contribuição social - %	<u>34</u>	<u>34</u>
Imposto de renda e contribuição social às alíquotas da legislação	12.659	6.511
Ajuste para cálculo da alíquota efetiva		
Diferença de encargo do imposto de renda e da contribuição social de empresas controladas calculados observando a sistemática de lucro presumido às alíquotas e bases diferenciadas	(6.465)	(2.593)
Juros sobre o capital próprio pagos por controlada	(403)	(377)
Outros	(508)	30
Encargos de imposto de renda e da contribuição social como apresentados no resultado do exercício	<u>5.283</u>	<u>93.571</u>

Desenvix Energias Renováveis S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras consolidadas e individuais em 31 de dezembro de 2012 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(c) Diferido

A composição do imposto de renda e da contribuição social diferidos ativo e passivo é a seguinte:

	2012		2011	
	<u>Controladora</u>	<u>Consolidado</u>	<u>Controladora</u>	<u>Consolidado</u>
Ativo				
Imposto de renda e contribuição social diferidos sobre despesas não dedutíveis temporariamente na apuração do lucro tributável	13.253	18.857	11.963	14.014
	<u>13.253</u>	<u>18.857</u>	<u>11.963</u>	<u>14.014</u>
Passivo				
Imposto de renda diferido sobre ajuste de avaliação patrimonial de instrumentos financeiros disponível para venda	(18.559)	(18.559)	(16.932)	(16.932)
Imposto de renda diferido sobre combinação de negócios - ganho com investimento	(1.370)	(1.370)	(1.955)	(1.955)
	<u>(19.929)</u>	<u>(19.929)</u>	<u>(18.887)</u>	<u>(18.887)</u>

A movimentação do imposto de renda diferido é a seguinte:

	<u>Controladora</u>	<u>Consolidado</u>	
	<u>Passivo</u>	<u>Ativo</u>	<u>Passivo</u>
Em 31 de dezembro de 2010	(3.505)		(3.505)
Proveniente de combinação de negócios, com contrapartida no intangível - ágio	(1.955)		(1.955)
Com contrapartida no resultado			
Constituição do imposto de renda diferido ativo	1.772	2.051	1.772
Com contrapartida no patrimônio líquido			
Constituição de imposto de renda diferido passivo decorrente do ajuste de avaliação patrimonial	(3.236)		(3.236)
Em 31 de dezembro de 2011	(6.924)	2.051	(6.924)
Proveniente de combinação de negócios, com contrapartida no intangível - ágio			
Com contrapartida no resultado			
Constituição do imposto de renda diferido ativo	1.287	3.353	1.287
Com contrapartida no patrimônio líquido			
Reversão do imposto de renda diferido passivo	392		392
Constituição de imposto de renda diferido passivo decorrente do ajuste de avaliação patrimonial	(1.431)		(1.431)
Em 31 de dezembro de 2012	<u>(6.676)</u>	<u>5.604</u>	<u>(6.676)</u>

Os prejuízos fiscais e as bases de cálculo negativas da contribuição social não possuem prazo de prescrição, estando, todavia, sua compensação limitada a 30% dos lucros tributáveis futuros apurados anualmente.

Desenvix Energias Renováveis S.A.

**Notas explicativas da administração às demonstrações
financeiras consolidadas e individuais
em 31 de dezembro de 2012**
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

24 Seguros e garantias

(a) Cartas de fiança bancária e garantias

A Companhia contratou cartas de fiança bancária em garantia de financiamentos, ação judicial em curso e outras, no montante total de R\$ 33.551. Adicionalmente, a Companhia mantém seguros garantia com prazos de cobertura diversos, os quais são normalmente requeridos para participação em leilões ou para garantia na construção de usinas de leilões vencidos pelo Grupo, no montante total de R\$ 5.700.

A Santa Laura S.A., Monel Monjolinho Energética S.A. e Passos Maia Energética S.A. contrataram cartas de fiança bancária, no valor de R\$ 33.851, R\$ 138.514 e R\$ 86.564, respectivamente, como requeridas pelas condições previstas nos contratos de financiamentos firmados com o BNDES (Nota 13), as quais foram canceladas em 24 de outubro de 2012 e 8 de agosto de 2012 após o cumprimento de tais condições contratuais com o BNDES. A Passos Maia Energética S.A., como requerido pela BNDES, contratou carta de fiança bancária, no montante de R\$ 86.564.

A Macaúbas Energética S.A., Novo Horizonte Energética S.A. e Seabra Energética S.A., em garantia dos financiamentos contratados com recursos do Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste (FNE), para implantação do Complexo Eólico Desenvix Bahia, contrataram cartas de fiança bancária, no valor de R\$ 98.735, R\$ 84.630 e R\$ 84.620, respectivamente, com vigência entre os meses de julho e agosto de 2013. Adicionalmente, as referidas empresas contrataram seguro garantia com cobertura para o período de julho de 2011 a fevereiro de 2012, nos montantes de R\$ 49.367, R\$ 42.315 e R\$ 42.310, respectivamente.

A São Roque Energética S.A. contratou seguro garantia, no valor de R\$ 32.600, como requeridas pelas condições do edital do leilão, garantindo a conclusão de obra, vigorando a partir de abril de 2012 até agosto de 2016.

(b) Seguros - risco operacional e outros

A Companhia, considerando a natureza de suas operações, não contrata outras modalidades de seguros. A Companhia possui seguro de responsabilidade civil para Conselheiros, Diretores e/ou Administradores, sendo cotomadora da apólice que possui a Controladora Jackson Empreendimentos Ltda. como tomadora, com vigência até 28 de janeiro de 2013, não sendo contratada outras modalidades de seguros em decorrência da natureza de suas operações.

A Esmeralda S.A., Santa Laura S.A., Santa Rosa S.A. Moinho S.A., Monel Monjolinho Energética S.A., Passos Maia Energética S.A. e Enercasa Energia Caiuá S.A. contrataram seguro de risco operacional, com cobertura determinada por orientação de especialistas, com vigência até 12 de setembro de 2013 (demais empresas), 17 de outubro de 2013 (Passos Maia) e 3 de novembro de 2013 (Enercasa), tendo como limite máximo de indenização por danos materiais, os montantes de R\$ 35.000 (Moinho e Passos Maia), R\$ 135.000 (Monel), R\$ 70.107 (Enercasa) e R\$ 100.000 (demais empresas). A cobertura de seguro contratada estabelece sublimites para quebra de máquinas, obras civis, barragem, linhas de transmissão, desmoronamento, alagamento e inundação, lucros cessantes, entre outros riscos, em níveis considerados adequados.

Desenvix Energias Renováveis S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras consolidadas e individuais

em 31 de dezembro de 2012

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

A Companhia contratou apólice de seguro de riscos de engenharia coletivo para as empresas Macaúbas Energética S.A., Novo Horizonte Energética S.A. e Seabra Energética S.A., para as obras civis em construção e instalação e montagem relativas à implantação das usinas, com vigência até 24 de junho de 2013 para todas estas empresas.. O seguro possui o valor dos seguintes riscos declarados: R\$ 344.354 para cobertura básica de obras civis; R\$ 15.000 para construção e instalação e montagem armazenagem fora do canteiro de obras ou local do risco; R\$ 66.104 para danos físicos em consequência de erro de projeto para obras civis; R\$ 278.250 para danos físicos em consequência riscos do fabricante para máquinas e equipamentos novos;

R\$ 17.218 para despesas de desentulho; R\$ 10.000 para despesas de salvamento e contenção de sinistros; R\$ 17.218 para despesas extraordinárias; R\$ 2.500 para honorários de peritos; R\$ 344.354 para manutenção ampla; R\$ 10.000 para obras civis, instalações e montagens concluídas; R\$ 30.000 para obras/instalações contratadas - aceitas ou colocadas em operação e R\$ 25.000 para tumultos. Adicionalmente, mantém apólice de seguro coletiva de responsabilidade civil geral, com vigência até 24 de junho de 2013, com importância segurada de R\$ 10.000 e danos morais de R\$ 5.000.

A Energen Energética S.A. contratou apólice de seguro de riscos de engenharia para as obras civis em construção e instalação e montagem relativas à implantação da usina, com vigência até 19 de setembro de 2013, com o valor dos seguintes riscos declarados: R\$ 93.682 para obras civis em construção e instalação e montagem; R\$ 2.000 para despesas extraordinárias; R\$ 5.000 para tumultos; R\$ 5.000 para despesas de desentulho; R\$ 22.000 para erro de projeto para obras civis; R\$ 71.682 para riscos do fabricante para máquinas e equipamentos novos; R\$ 1.000 honorário de perito, entre outras. O limite máximo de cobertura da apólice totaliza R\$ 102.182. Adicionalmente, mantém apólice de seguro de responsabilidade civil geral, com vigência até 1º de julho de 2012, com importância segurada de R\$ 10.000.

A empresas mantém apólice de seguro de responsabilidade civil geral, com vigência até 12 de setembro de 2013 (Esmeralda, Santa Laura, Santa Rosa e Monel), 21 de outubro de 2013 (Moinho), 18 de fevereiro de 2013 (Passos Maia) e 3 de novembro de 2013 (Enercasa), com importância segurada de R\$ 2.000, além de danos morais até o limite de R\$ 400, para cada uma das empresas.

(c) Fiança Corporativa de Controladores

Conforme deliberação do Conselho de Administração, reunido no dia 27 de junho de 2012, ficou autorizada a cobrança por parte do controlador Jackson/Engevix de taxa pelas fianças e garantias prestadas. Pela proposta será cobrado 1,0% ao ano para fiança bancária e 0,5% para seguro garantia prestado, a ser pago pela Desenvix Controladora no final de cada ano fiscal.

Como resultado foram apurados R\$ 12,9 milhões com fiança para garantia corporativa prestada pelo controlador Jackson/Engevix, referente ao período de janeiro 2011 até dezembro de 2012.

25 Instrumentos financeiros

A Companhia e suas empresas controladas não possuem operações com instrumentos financeiros não refletidas nas demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2012, assim como não realizaram operações com instrumentos financeiros derivativos (*swap*, troca de moedas ou indexadores, *hedge*, entre outras).

Desenvix Energias Renováveis S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras consolidadas e individuais em 31 de dezembro de 2012 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

A Companhia e suas empresas controladas operam com diversos instrumentos financeiros, com destaque para caixa e equivalentes de caixa, contas a receber de clientes, aplicações financeiras, contas a pagar a fornecedores e financiamentos.

25.1 Fatores de risco financeiro

As atividades da Companhia a expõem a diversos riscos financeiros: risco de mercado (incluindo risco de moeda, risco de taxa de juros de valor justo, risco de taxa de juros de fluxo de caixa e risco de preço), risco de crédito e risco de liquidez. O programa de gestão de risco da Companhia se concentra na imprevisibilidade dos mercados financeiros e busca minimizar potenciais efeitos adversos no desempenho financeiro da Companhia.

A gestão de risco é realizada pela tesouraria central da Companhia, segundo as políticas aprovadas pelo Conselho de Administração. A tesouraria da Companhia identifica, avalia e protege a Companhia contra eventuais riscos financeiros em cooperação com as unidades operacionais da Companhia. O Conselho de Administração estabelece princípios para a gestão de risco global bem como para áreas específicas como risco cambial, risco de taxa de juros, risco de crédito, uso de instrumentos financeiros derivativos e não derivativos e investimento de excedentes de caixa.

(a) Risco de mercado

(i) Risco cambial

Em 31 de dezembro de 2012, o Grupo Desenvix possuía passivo denominado em moeda estrangeira, referente ao endividamento tomado pela subsidiária Energen Energias Renováveis S.A., (Nota 13(iii)), existindo, assim, exposição a esse risco.

(ii) Risco do fluxo de caixa ou valor justo associado com taxa de juros

Considerando que a Companhia não tem ativos significativos em que incidam juros, o resultado e os fluxos de caixa operacionais da Companhia são, substancialmente, independentes das mudanças nas taxas de juros do mercado.

O risco associado é oriundo da possibilidade de o Grupo incorrer em perdas por causa de flutuações nas taxas de juros que aumentem as despesas financeiras relativas a empréstimos e financiamentos captados no mercado. A Desenvix tem pactuado contratos de financiamentos com taxas de juros indexadas pela TJLP e CDI, monitorando continuamente as taxas de juros de mercado com o objetivo de avaliar a eventual necessidade de contratação de operações de *hedge* para proteger-se contra o risco de volatilidade dessas taxas.

(b) Risco de liquidez

O risco de liquidez e o risco de a Companhia não dispor de recursos líquidos suficientes para honrar seus compromissos financeiros, em decorrência de descasamento de prazo ou de volume entre os recebimentos e pagamentos previstos.

Desenvix Energias Renováveis S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras consolidadas e individuais em 31 de dezembro de 2012

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Para administrar a liquidez do caixa são estabelecidas premissas de desembolsos e recebimentos futuros, sendo monitoradas periodicamente pela área de Tesouraria.

A tabela a seguir analisa os passivos financeiros não derivativos do Grupo, por faixas de vencimento, correspondentes ao período remanescente no balanço patrimonial até a data contratual do vencimento. Os valores divulgados na tabela são os fluxos de caixa não descontados.

	Controladora			Consolidado			
	Menos de um ano	Entre um e três anos	Entre três e cinco anos	Menos de um ano	Entre um e três anos	Entre três e cinco anos	Mais de cinco anos
Em 31 de dezembro de 2012							
Fornecedores	3.077			111.733			
Financiamentos	30.035	80.606	44.714	117.432	256.320	220.521	1.066.818
Partes relacionadas	50.641			30.078			
Contas a pagar por aquisição de terras	2.037			3.146			
Concessões a pagar				6.255	13.534	14.925	244.450
Em 31 de dezembro de 2011							
Fornecedores	5.167			140.880			
Financiamentos	52.702	9.921		107.380	144.920	140.970	1.018.870
Partes relacionadas	138.394			123.059			
Contas a pagar por aquisição de terras	2.037			3.601			
Concessões a pagar				5.627	11.253	11.253	114.406

A Companhia entende não haver riscos significativos de liquidez.

(c) Risco de vencimento antecipado do financiamento

Risco proveniente do descumprimento de cláusulas contratuais restritivas, presentes nos contratos de financiamento firmados com o BNDES (Nota 13), as quais, em geral, requerem a manutenção de índices econômico-financeiros em determinados níveis. A administração monitora regularmente estes índices financeiros, com o objetivo de tomar as ações necessárias para garantir que os contratos de financiamentos não tenham seu vencimento antecipado.

(d) Análise de sensibilidade

Nos termos determinados pela CVM, por meio da Instrução nº 475/08, demonstramos, a seguir, quadro ilustrativo da análise de sensibilidade dos instrumentos financeiros, que descreve os efeitos sobre as variações monetárias, bem como sobre as despesas financeiras apuradas sobre o cenário projetado para 31 de dezembro de 2012, caso tais variações nos componentes dos riscos identificados ocorressem.

Simplificações financeiras foram efetuadas no isolamento da variabilidade do fator de risco em análise. Como consequência, as estimativas apresentadas a seguir não indicam, necessariamente, os montantes que poderão ser apurados nas próximas demonstrações financeiras. O uso de diferentes hipóteses e/ou metodologias pode gerar um efeito material sobre as estimativas apresentadas a seguir.

(i) Metodologia utilizada

A partir dos saldos dos valores expostos, conforme demonstrado nas tabelas abaixo e assumindo que os mesmos se mantenham constantes, apuramos o diferencial de juros para cada um dos cenários projetados.

Desenvix Energias Renováveis S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras consolidadas e individuais em 31 de dezembro de 2012

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Na avaliação dos valores expostos ao risco de taxa de juros, consideramos apenas os riscos para as demonstrações financeiras, ou seja, foram isolados e excluídos os fatores de juros prefixados por não apresentarem riscos às demonstrações financeiras por conta de variações nos cenários econômicos.

O cenário provável está baseado nas expectativas da Companhia, que por sua vez estão em linha com as projeções demonstradas no relatório Focus do Banco Central do Brasil (BACEN), na data de 31 de dezembro de 2012, para cada uma das variáveis indicadas. Adicionalmente, as variações positivas e negativas de 25% e 50% foram aplicadas sobre as taxas projetadas para 31 de dezembro de 2013.

A Desenvix e suas controladas não possuem posições compradas ou vendidas no mercado de derivativos.

(ii) Fator de risco juros (consolidado)

Variações adicionais no saldo contábil (*)								
	Fator de risco	Valores expostos em 31 de dezembro de 2012	Valores expostos em 31 de dezembro de 2011	(50)%	(25)%	Cenário provável	25%	50%
Empréstimos e financiamentos	CDI	(109.135)	(41.680)	(968)	(1.453)	(1.937)	(2.421)	(2.905)
Aplicações financeiras	CDI	51.011	56.880	453	679	905	1.132	1.358
Impacto líquido	CDI	<u>(58.125)</u>	<u>15.200</u>	<u>(515)</u>	<u>(774)</u>	<u>(1.032)</u>	<u>(1.289)</u>	<u>(1.547)</u>
Empréstimos e financiamentos	TJLP	(465.170)	(442.573)	(3.134)	(4.701)	(6.268)	(7.835)	(9.402)
Aplicações financeiras	TJLP							
Impacto líquido	TJLP	<u>(465.170)</u>	<u>(442.573)</u>	<u>(3.134)</u>	<u>(4.701)</u>	<u>(6.268)</u>	<u>(7.835)</u>	<u>(9.402)</u>
Taxas consideradas - % ao ano	CDI	7,25	12,50	3,65	5,47	7,25	9,11	10,94
Taxas consideradas - % ao ano	TJLP	5,50	6,00	2,75	4,13	5,50	6,88	8,25

(*) As variações positivas e negativas de 25% e 50% foram aplicadas sobre as taxas projetadas para 31 de dezembro de 2013.

(e) Estimativa do valor justo

Pressupõe-se que os saldos das contas a receber de clientes e contas a pagar aos fornecedores, contas a pagar - projetos, contas a pagar por aquisição de terras, concessões a pagar e partes relacionadas pelo valor contábil, menos a perda (*impairment*), quando aplicável, esteja próxima de seus valores justos.

O valor justo das aplicações financeiras restritas (Nota 7) e dos financiamentos (Nota 13) aproxima-se do seu valor contábil.

O Grupo aplica CPC 40/IFRS 7 para instrumentos financeiros mensurados no balanço patrimonial pelo valor justo, o que requer divulgação das mensurações do valor justo pelo nível da seguinte hierarquia de mensuração pelo valor justo:

- Preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos (nível 1).
- Informações, além dos preços cotados, incluídas no nível 1 que são adotadas pelo mercado para o ativo ou passivo, seja diretamente (ou seja, como preços) ou indiretamente (ou seja, derivados dos preços) (nível 2).

Desenvix Energias Renováveis S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras consolidadas e individuais em 31 de dezembro de 2012 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

- (iii) Inserções para os ativos ou passivos que não são baseadas nos dados adotados pelo mercado (ou seja, inserções não observáveis) (nível 3).

A tabela abaixo apresenta os ativos do Grupo mensurados pelo valor justo em 31 de dezembro de 2012.

	Consolidado		
	Nível 1	Nível 2	Nível 3
			Saldo total
Ativo			
Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado			
Caixa e equivalentes de caixa		9.082	9.082
Ativos financeiros disponíveis para venda			
Investimentos			81.213
Total do ativo		9.082	81.213
			90.295

A tabela abaixo apresenta os ativos do Grupo mensurados pelo valor justo em 31 de dezembro de 2011.

	Consolidado		
	Nível 1	Nível 2	Nível 3
			Saldo total
Ativo			
Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado			
Caixa e equivalentes de caixa		3.873	3.873
Ativos financeiros disponíveis para venda			
Investimentos			76.429
Total do ativo		3.873	76.429
			80.302

A tabela abaixo apresenta as mudanças nos instrumentos de Nível 3 para o exercício findo em 31 de dezembro de 2012:

	Consolidado
	Ativos financeiros disponíveis para venda
Saldo inicial	76.429
Ganhos e perdas reconhecidos no resultado abrangente	4.784
Saldo final	81.213
Total de ganhos e perdas no período incluídos no resultado para ativos mantidos ao final do exercício	-

Desenvix Energias Renováveis S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras consolidadas e individuais

em 31 de dezembro de 2012

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(f) Instrumentos financeiros por categoria

Consolidado			
	Ativos ao valor justo por meio do resultado	Empréstimos e recebíveis	Disponível para venda
			Total
31 de dezembro de 2012			
Ativos, conforme o balanço patrimonial			
Caixa e equivalentes de caixa	9.082	117.995	127.077
Contas a receber de clientes		28.675	28.675
Partes relacionadas		43.425	43.425
Outros ativos		1.513	1.513
Aplicação financeira restrita	41.929		41.929
Investimentos			81.213
	51.011	191.608	323.832
31 de dezembro de 2011			
Ativos, conforme o balanço patrimonial			
Caixa e equivalentes de caixa	3.873	37.617	41.490
Contas a receber de clientes		34.505	34.505
Partes relacionadas		33.680	33.680
Outros ativos		5.042	5.042
Aplicação financeira restrita	56.880		56.880
Investimentos			76.429
	60.753	110.844	248.026
Consolidado			
Outros passivos financeiros			
31 de dezembro de 2012			
Passivo, conforme o balanço patrimonial			
Fornecedores			111.733
Financiamentos			948.834
Partes relacionadas			30.078
Contas a pagar por aquisição de terras			3.146
Concessão a pagar			61.270
			1.155.061
31 de dezembro de 2011			
Passivo, conforme o balanço patrimonial			
Fornecedores			140.880
Financiamentos			755.675
Partes relacionadas			123.059
Contas a pagar por aquisição de terras			3.601
Concessão a pagar			71.964
			1.095.179

Desenvix Energias Renováveis S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras consolidadas e individuais

em 31 de dezembro de 2012

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(g) Qualidade do crédito dos ativos financeiros

A qualidade do crédito dos ativos financeiros que não estão vencidos ou *impaired* pode ser avaliada mediante referência às classificações externas de crédito (se houver) ou às informações históricas sobre os índices de inadimplência de contrapartes:

	Controladora		Consolidado	
	2012	2011	2012	2011
Contas a receber				
Contrapartes com classificação externa de crédito (*)				
AAA			1.921	
AA			3.094	
AA+			1.764	
AA-			7.980	
A+			647	
A-			8.220	
BBB+				5.988
Contrapartes sem classificação externa de crédito				
Grupo 2	1.334		5.049	28.487
Partes relacionadas				
Grupo 2	128.124	93.616	43.425	33.710
Total de contas a receber e partes relacionadas	129.458	93.616	72.100	68.185
Caixa e equivalentes de caixa e aplicação financeira restrita (*)				
AAA	6.565	23	147.702	32.181
AA	-	13	-	11
BBB+	4.938		4.938	
BBB	560	25.169	16.365	66.178
	12.063	25.205	169.005	98.370

. Grupo 1 - novos clientes/partes relacionadas (menos de seis meses) - não aplicável.

. Grupo 2 - clientes/partes relacionadas existentes (mais de seis meses) sem inadimplência no passado.

. Grupo 3 - clientes/partes relacionadas existentes (mais de seis meses) com algumas inadimplências no passado. Todas as inadimplências foram totalmente recuperadas - não aplicável.

(*) Conforme *rating* da agência de classificação Standard & Poor's exceto pelo *rating* BBB+ que foi obtido pela agência de classificação Fitch Ratings.

26 Outros riscos operacionais

(a) Risco hidrológico

Risco decorrente de possível período de escassez de chuvas. De acordo com a regulamentação brasileira, a receita proveniente da venda de energia elétrica pelas geradoras não depende diretamente da energia efetivamente gerada, e sim da quantidade de energia elétrica e potência efetivamente comercializada por elas, limitada à energia assegurada, cuja quantidade é fixa e determinada pelo poder concedente, constando da respectiva autorização e suas alterações subsequentes emitidas pelo poder concedente.

Desenvix Energias Renováveis S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras consolidadas e individuais

em 31 de dezembro de 2012

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

As diferenças entre a energia gerada e a energia assegurada são cobertas pelo MRE, cujo principal propósito é mitigar os riscos hidrológicos assegurando que todas as usinas participantes recebam pela quantidade comercializada da energia assegurada, independentemente da quantidade de energia elétrica por elas efetivamente gerada.

(b) Risco de não prorrogação da autorização ou concessão

As empresas controladas possuem, no caso da PCHs, autorização para exploração dos serviços de geração de energia elétrica, sem nenhum pagamento pelo uso do bem público, assim como possui contrato de concessão para a UHE Monel, com pagamento pelo uso do bem público (Nota 1). Caso a prorrogação da autorização, ou do contrato de concessão, não seja deferida pelos órgãos reguladores ou a mesma ocorra mediante a imposição de custos adicionais para as empresas, os atuais níveis de rentabilidade e atividade podem ser reduzidos. Não há garantia de que a autorização ou concessão hoje outorgada as empresas controladas será, por ocasião de seu vencimento, prorrogada pelo poder concedente.

27 Contingências

As contribuições previdenciárias e demais encargos sociais e os tributos incidentes sobre as receitas e outros, bem como as declarações de rendimentos da Companhia e de suas empresas controladas, estão sujeitas à revisão e aceitação final pelas autoridades competentes por períodos variáveis de tempo e a eventuais lançamentos adicionais.

A Companhia e suas empresas controladas estão sujeitas a leis e regulamentações federais, estaduais e municipais, relativas ao meio ambiente, adotando como política o adequado cumprimento das mesmas. Dessa forma, a administração não prevê custos de reparação ou de multas de qualquer natureza.

As licenças de operação indicam determinadas condições e restrições quanto a questões relacionadas ao meio ambiente que estão sendo observadas e atendidas pela Companhia e suas empresas controladas.

A Companhia e suas empresas controladas não têm contingências consideradas como de perda provável.

Uma síntese dos principais processos com perda estimada como possível está mencionada a seguir:

Desenvix Energias Renováveis S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras consolidadas e individuais

em 31 de dezembro de 2012

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(a) Desenvix S.A.

- (i) A Companhia é parte integrante da ação civil pública cumulada com ação por ato de improbidade administrativa movida pelo Ministério Público Federal, relacionada com a obtenção das licenças ambientais de instalação de usinas eólicas do Parque de Água Doce, no montante de R\$ 1,3 bilhão. Os consultores jurídicos indicam como possível a chance de êxito nessa questão, uma vez que: (i) existe a possibilidade de o processo ser extinto sem julgamento do mérito; (ii) em caso de insucesso, o prejuízo consistirá na anulação das licenças ambientais, bem como o ressarcimento, em caráter solidário, de todos os danos causados ao Poder Público, em especial das quantias pagas pela Eletrobras pela compra antecipada da energia a ser gerada pelas usinas e de financiamento contratado com o BNDES; ocorre, todavia, que as empresas não receberam nenhuma quantia da Eletrobras, assim como não obtiveram o financiamento do BNDES; (iii) a Companhia não participou da emissão de nenhuma das licenças ambientais sob suspeita de fraude; (iv) quando do ingresso da Companhia no negócio, as licenças já haviam sido expedidas, sendo o processo de licenciamento conduzido por outras empresas citadas no processo, como admite o próprio autor da ação; (v) a participação da Companhia limitou-se à análise técnica dos projetos, não tendo ela como saber das supostas irregularidades, porque as licenças têm fé pública e a Eletrobras e a Fundação do Meio Ambiente ("FATMA"), depois de investigarem a existência de eventuais irregularidades na expedição das mesmas, nada encontraram; e (vi) finalmente destacam que para condenação da Companhia como beneficiária da suposta fraude, teria o Ministério Público que provar má-fé e dolo, além do prejuízo causado ao erário e o enriquecimento ilícito, coisa que não o fez.
- (ii) Ação de execução de título extrajudicial para cobrança de parcelas relativas a integralização de capital em empresa coligada está comentada na Nota 8(c).

(b) Moinho S.A.

Duas ações reivindicatórias de propriedade de terras estão sendo movidas pela, ou contra a empresa. Os assessores jurídicos responsáveis pelo acompanhamento das referidas ações indicam como provável as expectativas de ganho nessas questões. Os montantes correspondentes às ações movidas pela Moinho S.A. estão depositados em juízo, os quais estão contabilizados como custo de aquisição das terras, estando em discussão a adequação dos montantes indenizados. Adicionalmente, nenhuma provisão foi consignada nas demonstrações financeiras, uma vez que pagamentos realizados decorrentes de acordos ou de eventual condenação serão considerados como custo de aquisição do imobilizado (terras).

(c) Monel Monjolinho Energética S.A.

(i) Ação civil pública

Em 8 de maio de 2009, o Ministério Público Federal (MPF) ajuizou ação civil pública, tendo a Fundação Nacional do Índio ("Funai") posteriormente aderido ao pólo ativo da ação, requerendo em sede de liminar a declaração de nulidade da licença de operação expedida pela Fundação Estadual de Proteção Ambiental ("FEPAM") e a paralisação do enchimento do reservatório, por haver risco de conflito entre índios e não índios; entretanto, antes mesmo da publicação da decisão liminar, a Monel Monjolinho Energética S.A. firmou o Termo de Acordo com a Funai, no qual esta se comprometeu a desistir do agravo de instrumento, não colocando empecilho à entrada em operação do empreendimento e, dessa forma, o enchimento do reservatório, que já era irreversível, foi concluído com a ciência e anuência da Funai.

Desenvix Energias Renováveis S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras consolidadas e individuais

em 31 de dezembro de 2012

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Em 12 de dezembro de 2009, foi firmado "Termo de Compromisso" entre a Monel Monjolinho Energética S.A. e a Funai, no qual a Monel Monjolinho Energética S.A. comprometeu-se a adquirir equipamentos para a Comunidade Indígena Votouro (dois tratores agrícolas, uma carreta agrícola, uma

plantadeira com quatro linhas de milho e seis linhas de soja e uma grade aradora com comando hidráulico) e Comunidade Indígena Guarani Votouro (um trator agrícola e uma plantadeira com quatro linhas de milho e seis linhas de soja), com custo estimado em 31 de dezembro de 2009 de R\$ 450.

Adicionalmente, para a Comunidade Indígena Votouro e para a Comunidade Indígena Guarani Votouro, são devidos os montantes de R\$ 1.700 e R\$ 450, a serem pagos mediante antecipação de R\$ 215 e R\$ 15, e o saldo remanescente em 27 e 29 parcelas anuais a partir de junho de 2010, respectivamente, corrigidas pela variação do IGP-M. Em 31 de dezembro de 2012 a provisão constituída totaliza R\$ 2.357 (2011 - R\$ 2.544), apresentada nos passivos circulante e não circulante na rubrica "Indenizações a pagar".

(ii) Ações de instituição de servidões administrativas, desapropriação, usucapião e outras

Ações de usucapião, reinvidicatória de propriedade de terras, reassentamento com indenização, inventário e outras estão sendo movidas pela ou contra a empresa. Os assessores jurídicos responsáveis pelo acompanhamento das referidas ações indicam as seguintes expectativas de êxito nessas questões em 31 de dezembro de 2012: (i) ações movidas pela empresa, no montante de R\$ 375; e (ii) ações movidas contra a empresa - R\$ 1,716 como perda possível e R\$ 2.252 como perda provável. Os montantes correspondentes as ações movidas pela empresa estão depositados em juízo, os quais estão contabilizados como custo de aquisição das terras, estando em discussão a adequação dos montantes indenizados. Adicionalmente, nenhuma provisão foi consignada nas demonstrações financeiras, uma vez que pagamentos realizados decorrentes de acordos ou de eventual condenação serão considerados como custo de aquisição do imobilizado (terras).

(d) Santa Laura S.A.

Ação de indenização por danos materiais com pedido de lucros cessantes está sendo movida contra a empresa, pela qual o autor (posseiro) pleiteia o montante de R\$ 34 de indenização decorrente de desapropriação (área de 32.000 metros quadrados, parte de um todo maior de 5 ha), assim como lucros cessantes no valor a ser definido no futuro com base na cotação de determinado produto agrícola (144 sacas de milho ao ano), ambos acrescidos de juros compensatórios de 12% ao ano e juros de mora de 6% ao ano. Os consultores jurídicos responsáveis pelo acompanhamento da referida ação indicam como possíveis as chances de êxito nessa questão e, por esse motivo, nenhuma provisão foi consignada nas demonstrações financeiras. Outras ações movidas contra a empresa, decorrentes de desapropriação de terras, estão mencionadas na Nota 9.

Desenvix Energias Renováveis S.A.

**Notas explicativas da administração às demonstrações
financeiras consolidadas e individuais
em 31 de dezembro de 2012
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma**

(e) Santa Rosa S.A.

A empresa é parte envolvida em ação cível de indenização por danos morais e materiais e pensão vitalícia por morte em acidente do trabalho. A administração, baseada na opinião de seus consultores jurídicos, assim como nos contratos firmados de empreitada, entende que a responsabilidade pelo pagamento decorrente de eventual condenação é de responsabilidade das empresas contratadas e, por consequência, nenhuma provisão foi consignada nas demonstrações financeiras para fazer face a eventual pagamento futuro decorrente de desfecho desfavorável nessa questão.

Outra ação em curso, decorrente de desapropriação de terras, está mencionada na Nota 9.

**28 Combinação de negócios e aquisição
de controle conjunto**

**(b) Linhas de transmissão - MGE Transmissão S.A.
e Goiás Transmissão S.A.**

Como mencionado na Nota 1(a)(ii), a ANEEL, em 10 e 15 de março de 2011, emitiu as Resoluções Autorizativas nºs 2.792 e 2.816, aprovando as transferências das ações detidas pela Engevix Engenharia S.A. da MGE Transmissão S.A. e da Goiás Transmissão S.A. (empresas em início de operação) para a Companhia. Considerando que a Engevix Engenharia S.A. é parte relacionada da Companhia, estando as duas entidades sob controle comum, não foi aplicado o método de aquisição para contabilização da transação (CPC 15 - "Combinação de Negócios").

Considerando a participação de 25,5% mantida pela Companhia e a estrutura de governança das entidades onde a Companhia tem poder para indicação de membros do Conselho de Administração, os investimentos foram classificados como investimentos em coligadas e contabilizados pelo método de equivalência patrimonial, a partir da data da anuência da ANEEL.

(c) Energen Energias Renováveis S.A.

Em 21 de janeiro de 2011 a Companhia e a JP Participações Ltda. assinaram contrato de compra e venda de ações da Energen Energias Renováveis S.A., empresa que possui autorização do Ministério de Minas e Energia para estabelecer-se como produtor independente de energia elétrica mediante a implantação e exploração da Central Geradora Eólica denominada EOL - Barras dos Coqueiros, localizada no município de Barra dos Coqueiros, Estado de Sergipe. Após a celebração do contrato, a Companhia passou a deter 88,33% das ações da Energen, sendo o restante pertencente à acionista Água Quente Participações Ltda.. Em 10 de maio de 2011, a ANEEL, por meio da Resolução Autorizativa nº 2.880/2011, anuiu a transferência do controle da Energen Energias Renováveis S.A. Considerando o estágio atual do projeto e que, sob a ótica contábil, o projeto não constituiu um negócio, a transação foi tratada como aquisição de ativos e passivos.

No dia 21 de agosto de 2012 a Desenvix aumentou sua participação no capital da Energen Energias Renováveis S.A. em 6,67%, passando de 88,33% para 95%. As ações foram adquiridas da Água Quente Participações Ltda. pelo valor de R\$ 1.100.

Desenvix Energias Renováveis S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras consolidadas e individuais

em 31 de dezembro de 2012

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

A tabela a seguir resume os ativos adquiridos e passivos relacionados na data da transação:

	Valor justo na data da aquisição
Caixa e equivalentes de caixa	7
Partes relacionadas	14.099
Intangível - direito de autorização	6.970
Imobilizado	319
Fornecedores	(205)
Impostos e contribuições	(211)
Ativos líquidos	20.979

De acordo com o contrato de compra e venda de ações firmado entre a Companhia e a JP Participações Ltda., a Companhia está sujeita ao pagamento de um bônus de *performance* de até R\$ 4.000, que está vinculado à liberação de certos empréstimos e ao atingimento de montantes de geração de energia elétrica após o fechamento do primeiro quadriênio pós-implantação.

(d) Enex O&M de Sistemas Elétricos Ltda.

Em 1º de setembro de 2011 a Companhia celebrou um Instrumento Particular de Cessão e Transferência de Quotas e Outras Avenças, por meio do qual adquiriu junto ao Grupo Energia, pelo preço de R\$ 18 milhões, a participação remanescente de 50% na controlada em conjunto Enex O&M de Sistemas Elétricos Ltda. pertencentes àquele grupo, passando a Enex a ser uma subsidiária integral da Desenvix.

A tabela a seguir resume os ativos adquiridos e passivos relacionados na data da transação:

	Valores contábeis	Ajuste de valor justo	Valor justo na data da aquisição
Caixa e equivalentes de caixa	36		36
Contas a receber	3.564		3.564
Impostos a recuperar	462		462
Despesas antecipadas e outros ativos	436		436
Intangível			
<i>Softwares</i>	382		382
Ágio por rentabilidade futura		30.732	30.732
Contratos firmes		5.751	5.751
Imobilizado	954		954
Fornecedores	(406)		(406)
Empréstimos e financiamentos	(1.330)		(1.330)
Salários e encargos sociais	(1.864)		(1.864)
Impostos e contribuições	(762)		(762)
Imposto de renda e contribuição social diferidos		(1.955)	(1.955)
Ativos líquidos	1.472	34.528	36.000

Como consequência da remensuração da participação anteriormente detida pela Desenvix na Enex, a Companhia apurou ganho na participação desta investida, no montante de R\$ 17.264.

Desenvix Energias Renováveis S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras consolidadas e individuais

em 31 de dezembro de 2012

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Para fins de apresentação na demonstração do fluxo de caixa, o montante pago na aquisição totalizou R\$ 17.982 (R\$ 18.000 líquido do caixa adquirido de R\$ 18).

Consta do Instrumento Particular de Cessão e Transferência de Quotas e Outras Avenças cláusula de não concorrência do Grupo Energia com a Enex pelos próximos cinco anos.

O ágio fundamentado pela expectativa de rentabilidade futura do investimento foi apurado com base nos fluxos de caixa descontados a valor presente de futuros contratos de prestação de serviços a serem firmados pela Enex. Os efeitos do imposto de renda e contribuição social diferidos foram calculados com base no valor justo dos ativos intangíveis identificados.

29 Resultado por ação - prejuízo básico e diluído por ação

O resultado básico por ação é calculado pela divisão do lucro líquido, ou prejuízo, disponível aos acionistas pela quantidade média ponderada de ações em circulação durante o exercício. A Companhia não tem categorias de ações ordinárias com potenciais com efeitos diluidores e por isso o resultado do lucro por ação básico e diluído são os mesmos.

	Controladora		Consolidado	
	2012	2011	2012	2011
Lucro atribuível aos acionistas ordinários da Companhia	(32.049)	2.228	(31.998)	2.546
Quantidade média ponderada de ações ordinárias em circulação	107.440	100.000	107.440	100.000
Lucro por ação	<u>(0,2982)</u>	<u>0,0223</u>	<u>(0,2978)</u>	<u>0,0255</u>

Ações em circulação, conforme norma aplicável, se referem ao total de ações emitidas pela Companhia excluídas aquelas mantidas em tesouraria, quando aplicável.

30 Compromissos

(a) Compromissos para aquisição de ativos

Compromissos assumidos com a compra de bens do imobilizado das usinas em construção totalizam R\$ 29.503 (2011 - R\$ 102.213), registrados em fornecedores não circulantes.

(b) Compromissos com arrendamento mercantil operacional - Companhia como arrendatário

A Companhia arrenda 4 terrenos para a construção de usinas eólicas segundo contratos de arrendamento operacional não canceláveis. Os termos do arrendamento são de 27 anos e todos os contratos de arrendamento são renováveis no término do período de arrendamento à taxa de mercado.

Os pagamentos totais mínimos de arrendamento, segundo os arrendamentos operacionais não canceláveis, são:

Desenvix Energias Renováveis S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras consolidadas e individuais em 31 de dezembro de 2012

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	Consolidado	
	2012	2011
Menos de um ano	212	208
Mais de um ano e menos de cinco anos	853	832
Mais de cinco anos	<u>3.777</u>	<u>3.922</u>
	<u>4.842</u>	<u>4.962</u>

31 Ativos classificados como mantidos para venda

Em 26 de janeiro de 2012 a Companhia e as empresas Cel Engenharia Ltda. e Santa Rita Comércio e Instalações Ltda. firmaram contrato de compra e venda da participação de 25,05% detida pela Companhia na subestação Caldas Novas (Caldas Novas Transmissão S.A.) no valor de R\$ 25. A concretização da venda está condicionada a aprovação da ANEEL e no período encerrado em 31 de dezembro de 2012, a subestação Caldas Novas encontra-se em fase pré-operacional.

No dia 18 de outubro de 2012 a Administração da Companhia protocolou junto a Agência Nacional de Energia Elétrica ("ANEEL") um pedido de anuência para a transferência societária da sua subsidiária integral, a São Roque Energética S.A., para o Fundo de Investimento em Participações Desenvix ("FIP Desenvix"), controlado pelo FIP FIC Jackson, controlado pela Jackson Empreendimentos Ltda., que por sua vez é controladora da Desenvix com 40,65%, que foi aprovada em 14 de janeiro de 2013 a transferência da São Roque Energética S.A. para o FIP Desenvix (Nota 33).

Os ativos e relacionados aos investimentos na subestação Caldas Novas e São Roque estão demonstrados abaixo:

	Controladora e consolidado		
	2012		
	Caldas Novas	São Roque	Total
Ativo			
Investimentos	<u>1.372</u>	<u>15.603</u>	<u>16.975</u>
	<u>1.372</u>	<u>15.603</u>	<u>16.975</u>

O valor justo ativos e passivos classificados como mantidos para venda se aproximam do valor contábil em 31 de dezembro de 2012.

Desenvix Energias Renováveis S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras consolidadas e individuais em 31 de dezembro de 2012

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Os fluxos de caixa líquidos das operações classificadas como mantidas para venda nos períodos findos em 31 de dezembro podem ser assim demonstrados:

	<u>2012</u>	<u>2011</u>
Fluxos de caixa operacionais		
Fluxos de caixa de investimentos		(25)
Fluxos de caixa de financiamentos	<u>1.348</u>	<u>(25)</u>
	<u>1.348</u>	<u>(25)</u>

32 Informações complementares dos fluxos de caixa

As transações que não afetaram caixa nos períodos findos em 30 de setembro de 2012 e 2011 estão demonstradas abaixo:

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	<u>2012</u>	<u>2011</u>	<u>2012</u>	<u>2011</u>
Contas a pagar a fornecedores, indenizações a pagar e outros passivos decorrentes de aquisição de bens do imobilizado			105.841	121.065
Varição do valor justo dos investimentos registrados pelo custo (Nota 9)	3.887	9.515	3.887	9.515
Encargos financeiros capitalizados (Nota 10)			10.555	
Aquisição de investimentos				
Compensação de dividendos propostos com partes relacionadas passivo	45.364	1.750	16.370	
Aporte de capital por meio de empréstimos com partes relacionadas	120.000		120.000	
Aporte de capital				
Contas a pagar por aquisição de terras – imobilizado				3.601
Concessões a pagar				71.964
Despesas com emissões de ações transferidas para partes relacionadas	1.475		1.475	
Transferência entre ativo intangível e contas a receber de partes relacionadas	15.333		15.407	
Transferências de materiais em andamento para estoques			221	
Investimentos reclassificados para mantidos para a venda	16.975		16.975	
Provisão para custos socioambientais				4.351
Varição dos minoritários que não afetou caixa			1.100	

33 Eventos subsequentes

Após 31 de dezembro de 2012 até a data de emissão dessas demonstrações financeiras ocorreram os seguintes eventos:

(a) São Roque

No dia 18 de outubro de 2012 a Administração da Companhia protocolou junto a Agência Nacional de Energia Elétrica (“ANEEL”) um pedido de anuência para a transferência societária da sua subsidiária integral, a São Roque Energética S.A., para o Fundo de Investimento em Participações Desenvix (“FIP Desenvix”), controlado pelo FIP FIC Jackson, controlado pela Jackson Empreendimentos Ltda, que por sua vez é controladora da Desenvix com 40,65%.

Desenvix Energias Renováveis S.A.

**Notas explicativas da administração às demonstrações
financeiras consolidadas e individuais
em 31 de dezembro de 2012**
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

No dia 14 de janeiro de 2013 a ANEEL, através da 1ª Reunião Pública Ordinária da Diretoria de 2013 aprovou a transferência societária da subsidiária integral da Desenvix, a São Roque Energética S.A., para o FIP Desenvix, passando a ser, a partir dessa data, o responsável pelos investimentos necessários para a implantação do projeto.

(b) Aprovação dos dividendos da Santa Rosa.

Considerando as disposições da cláusula décima dos contratos de financiamento firmados junto ao BNDES, no dia 29 de novembro de 2012 nossa subsidiária, a Santa Rosa S.A., solicitou anuência ao Banco Bradesco S/A, agente repassador dos financiamentos acima, para o pagamento através de distribuição de dividendos dos lucros acumulados excedentes, além dos dividendos mínimo autorizado apurado com base nos resultados dos exercícios findos em 31/12/11, até o limite de R\$7.770 mil.

No dia 15 de janeiro de 2013, a Santa Rosa S.A. obteve o de acordo do Banco Bradesco S.A para a distribuição de dividendos no valor de R\$ 7.770 mil.

(c) Constituição de garantia adicional para Debêntures.

Ao final de março de 2013 a companhia havia constituído saldo da conta vinculada nos termos da cláusula 2.1.2 do Contrato de Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios sobre o Fluxo de Dividendos Mantidos em Conta Vinculada.

(d) Liquidação do Contrato de Mútuo com Subsidiaria

No dia 10 de janeiro de 2013 a subsidiária Energen Energias Renováveis S.A liquidou R\$ 80.758 do contrato de mutuo com a Desenvix Controladora, permanecendo o valor de R\$ 461 a pagar.

* * *